



RELATÓRIO NARRATIVO ANUAL (JANEIRO A NOVEMBRO 2022)

Maputo, Janeiro de 2023

Parceiros Financiadores:



Pestalozzi Children's Foundation



LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

AAAJC	Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades
ADE	Apoio Directo às Escolas
AGE	Advancing Girls' Education USAID Program
AM	Assembleia Municipal
AMMCJ	Associação Moçambicana de Mulheres de Carreira Jurídica
AMME	Associação Moçambicana da Mulher e Educação
AMPDC	Associação Moçambicana de Prevenção de Desastres Naturais e Desenvolvimento Comunitário
AR	Assembleia da República
ATGE	Assiduidade e Transparência na Gestão Escolar
AVTG	Associação de Viúvas Teresa Grigolini
BI	Bilhete de Identidade
CA	Comité de Avaliação
CCGH	Comités de Co-Gestão e Humanização
CCL	Conselhos Consultivos Locais
CDD	Centro para a Democracia e Desenvolvimento
CE	Conselho de Escola
CESC	Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil
CFA	UK Conduct Financial Authority
CFJJ	Centro de Formação Jurídica e Judiciária
CGE	Conta Geral do Estado
CGRN	Comité de Gestão de Recursos Naturais
CIP	Centro de Integridade Pública
CNDH	Comissão Nacional para os Direitos Humanos
COVID - 19	Doença do Coronavírus
CPC	Cartão de Pontuação Comunitária
CRPNT	Comissão de Revisão da Política Nacional de Terras

CSB+	Corn Soy Blended Plus (Combinado de Soja e Milho)
CSP	Cuidados de Saúde Primária
DC	Diálogo Comunitário
Deustche Welle	Empresa Pública de Radiodifusão Alemã
DHM	Direitos Humanos das Mulheres
DPEDH	Direcção Provincial de Educação e Desenvolvimento Humano
DPEF	Direcção Provincial de Economia e Finanças
DPS	Direcção Provincial de Saúde
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento de Terra
EB	Ensino bilíngue
ECEB	Projecto Engajamento Comunitário no Ensino Bilingue
ECT3	Juntos Educando as Crianças - fase 3
EMATUM	Empresa Moçambicana de Atum
EP1	Escola Primária 1º grau (lecciona de 1ª à 5ª classe)
EPC	Escola Primária Completa (lecciona de 1ª à 7ª classe)
FAE	Fundo de Apoio às Escolas
FAO	Food and Agricultura Organization
FC	Fundos Comunitários
FCCEs	Fortalecimento de Capacidades dos Conselhos de Escola
FDC	Fundo para o Desenvolvimento das Comunidades
FDS	Forças de Defesa e Segurança
FLCS/UEM	Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMO	Fórum de Monitoria do Orçamento
FNDS	Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável
FOMMUR	Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais
FONAGNI	Fórum das organizações Não-governamentais de Niassa
GALS	Gender Action Learning System
GdM	Governo de Moçambique

GESPRO	Sistema de Planificação, Orçamentação, Monitoria e Reporte de projectos
GFP	Gestão das Finanças Públicas
GIZ	German Internacional Zusammenarbeit (Cooperação Alemã para o Desenvolvimento)
GMD	Grupo Moçambicano da Dívida
GMPIS	Grupo de Mulheres de Partilha de Ideias
IEC	Informação, Educação E Comunicação
IFP	Instituto de Formação de Professores
IPAJ	Instituto do Patrocínio e. Assistência Jurídica
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgénero
LOE	Lei do Orçamento do Estado
LUP	Lei das Uniões Prematuras
LUR	Land Use Rights
MAM	Mozambique Asset Management
MdE	Memorando de Entendimento
MDM	Movimento Democrático de Moçambique
MEF	Ministério de Economia e Finanças
MEL	Monitoring Evaluation and Learning (Monitoria, Avaliação e Aprendizado)
MEPT	Movimento de Educação para Todos
MINEDH	Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano
MIREME	Ministério dos Recursos Minerais e Energia
MOPHRH	Ministério de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
MPD	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
MTA	Ministério da Terra e Ambiente
MULEIDE	Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento
NAFEZA	Núcleo De Associações Femininas Da Zambézia
OCBs	Organizações Comunitárias de Base
ODM	Objectivo de Desenvolvimento do Milénio
ODP	

OE	Objectivo Estratégico
OGE	Órgãos de Gestão Eleitoral
OM	Observatório das Mulheres
OMM	Organização da Mulher Moçambicana
OMR	Observatório do Meio Rural
ONG	Organizações não governamentais
OP	Orçamento Participativo
OSCs	Organizações de Sociedade Civil
Oxfam	Oxford Committee for Famine Relief
PAANEII	Programa de Apoio aos Actores Não Estatais (fase 2)
PACOs	Planos de Acção Conjuntos
PDI	Pessoas Deslocadas Internamente
PE	Plano Estratégico
PES	Plano Económico e Social
PESOCEP	Plano Económico e Social e Orçamentos do Conselho Executivo Provincial
PESOD	Plano Económico e Social e Orçamento Distrital
PESOE	Plano Económico e Social e Orçamento do Estado
PESOP	Plano Económico e Social e Orçamento Provincial
PIP	Program Implementation Plan (Plano de Implementação do Programa)
PMA	Programa Mundial para a Alimentação
PP	Planificação Participativa
PQG	Plano Quinquenal do Governo
PRM	Polícia da República de Moçambique
PROMURA	Associação de Protecção a Mulher e Rapariga em Cabo Delgado
PSAM	Public Service Accountability Monitor of Rhodes University
RAP	Repartição de Administração Planificação
RBM	Result Based Management
RDP	Rastreio da Despesa Pública
REG	Repartição do Ensino Geral

RN	Recursos Naturais
ROSC	Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança
RPNT	Revisão da Política Nacional de Terras em Moçambique
SADC	Southern African Development Community (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)
SAGEPT	Semana de Ação Global de Educação para Todos
SDAE	Serviços Distritais de Actividades Económicas
SDEJT	Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia
SDPI	Serviço Distrital de Planeamento e Infra-Estrutura
SERNIC	Serviço Nacional de Investigação Criminal
SMI	Saúde Materno Infantil
SPA	Serviços Provinciais de Ambiente
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
TSU	Tabela Salarial Única
TVM	Televisão de Moçambique
UE	União Europeia
UNICEF	United Nations International Children's Emergency Fund (Fundo Internacional das Nações Unidas para Infância)
USAID	United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)
USs	Unidades Sanitárias
VBG	Violência Baseada no Género
VCC	Violência Contra Crianças
WASH	Water, Sanitation and Hygiene (Água, Saneamento e Higiene)
WIP	Women Intermediary Partners (Organizações Parceiras intermediárias)
WROs	Women Right Organizations (Organizações dos Direitos das Mulheres)
WVL	Women Voice and Leadership
ZIP	Zona de Influência Pedagógica

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este documento apresenta os resultados alcançados pelo Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC) durante o ano de 2022, os desafios encontrados, as (re) orientações/adaptações realizadas com vista ao alcance dos resultados preconizados e as lições aprendidas.

O contexto em que operamos em 2022

No que diz respeito ao contexto em que o CESC operou, constatou-se que Moçambique continua a atravessar uma fase desafiante em que vários factores em simultâneo tem exacerbado e exposto as suas fragilidades estruturais. No ano no qual o presente relatório reporta, constatou-se que vários factores de âmbito Político e Militar, Social, económico e Ambiental influenciaram a implementação do Plano Anual do CESC, e determinaram o alcance e a qualidade dos resultados.

No âmbito Político e Militar destacam-se, em primeiro lugar, a violência extrema em Cabo Delgado caracterizada por combates e perseguição de insurgentes, particularmente nos distritos de Ibo, Macomia e Nangade. Ainda, nesta província no ano em análise, constatou-se uma relativa diminuição da acção dos insurgentes nos primeiros meses do ano, facto que levou os deslocados internos do distrito de Quissanga, e Mocimboa da Praia a retornarem aos seus locais de residência, ainda que de forma tímida. Todavia, o mês de Junho foi marcado pela escalada da violência nos distritos de Ancuabe, Chiúre e Mecufi e algumas comunidades do distrito de Montepuez. Os ataques de Ancuabe, estão a influenciar negativamente a implementação dos projectos LUR, FMO+ e Sou Cidadão.

O alastramento do conflito para o sul de Cabo Delgado e províncias vizinhas, causou insegurança generalizada, deslocamento de mais de um milhão de pessoas e o conseqüente instalar da crise humanitária aliada a fraca resposta à crise. Aliado aos conflitos constatou-se o silenciamento de jornalistas e defensores dos Direitos Humanos (DH), que tentaram mostrar as realidades e exigir *accountability* no âmbito das violações de direitos. O silenciamento foi caracterizado por raptos, detenção, torturas, etc. Os ataques condicionaram o trabalho do CESC.

Assim, de forma a garantir a segurança dos colaboradores, parceiros e comunidades o trabalho foi realizado de forma remota nos momentos e regiões críticas. Todavia, estrategicamente, o CESC posicionou-se e realizou encontros de reflexão sobre intervenção da SC para apoiar as comunidades deslocadas e acções de repúdio contra estes ataques. Por outro, lado foi realizado encontro de emergência no qual resultou na tomada de decisões nos seguintes campos: (a) gestão de informação sobre os ataques; (b) riscos iminentes; e, (c) medidas a serem tomadas em caso de ataques.

Um outro evento ocorrido, relaciona-se com a cessação de funções de quadros sénior do governo ao nível distrital e provincial. Todavia, este facto não afectou a implementação dos projectos, uma vez que foram realizados novos encontros de mobilização.

No contexto social, o alívio às restrições impostas pela pandemia do COVID-19 tiveram um impacto positivo na implementação das actividades do CESC. As actividades que exigem maior participação foram realizadas sem qualquer limitação, cumprindo todas as medidas preventivas em vigor no país. Todavia no campo económico, como consequência do conflito Rússia e Ucrânia, o custo de vida em Moçambique, tende a agravar nas principais cidades do país (Maputo, Beira e Nampula). Dados do INE, indicam que o País registou até Dezembro de 2022, inflação na ordem de 10,91%. Este foi caracterizado pela subida do preço de combustível, transporte e bens de primeira necessidade. O aumento do custo de vida não impactou a área programática do CESC, contudo houve preocupações

em relação ao reajuste orçamental dos projectos e programas, devido a subida do preço do combustível.

A assinatura de novo acordo entre o Governo de Moçambique e FMI em Maio do corrente ano, para retoma ao financiamento do Estado, bem como, os desafios no âmbito da introdução e implementação da Tabela Salarial Única (TSU), criaram expectativas não satisfeitas nos prestadores de serviços públicos e na população em geral. Como resultado, em finais de Outubro, algumas escolas dos distritos de Muecate e Nacaroa, na província de Nampula, alunos ficaram sem aulas, impactando de forma negativa a implementação das actividades e resultados do CESC.

Por fim, a conjuntura ambiental também trouxe desafios. No primeiro semestre deste ano registaram duas tempestades tropicais Ana e Gombe que para além das mortes (com maior incidência nas províncias de Nampula, Niassa, Zambézia, Sofala e Tete), devastaram diversas áreas e afectaram os bens, recursos e meios de vida de várias comunidades no país, incluindo infraestruturas públicas e privadas e a capacidade das comunidades acederem aos serviços prioritários, tais como saúde, educação, entre outros.



As chuvas decorrentes provocaram o desabamento de pontes, nos distritos de Mavago e Chimbonila (Niassa), em Namacurra e Nicuadala (Zambézia), entre outros que consequentemente condicionaram a circulação de pessoas e bens para os distritos de Mavago, Majune e Marrupa bem como ao longo da estrada nacional número 1 (EN1). Estes eventos ambientais afectaram de certa forma a implementação dos projectos do CESC.

O contexto geral e os contextos específicos dos locais de implementação dos projectos exigiram do CESC uma postura de “vigilância”, proactividade e gestão adaptativa com vistas a contornar os impactos negativos bem como explorar e potenciar as oportunidades que daí advieram.

Resultados Alcançados e Acções de Destaque

Durante o período em análise, foram alcançados vários resultados e mudanças, por pilar, objetivos estratégicos do PE, na vertente de Legislação e Políticas, Comportamentos das instituições de Estado e nas pessoas, conforme ilustrado abaixo.

PILAR I: CAPITAL HUMANO (Educação, Saúde, WASH, e Direitos das Mulheres):

OE 1: Melhorar o acesso e qualidade de serviços básicos de Educação e Saúde e WASH

Legislação e políticas:

Educação

- a) Influenciada a Política Nacional do Professor e foi já aprovada e lançada no dia 12 de Outubro de 2022 por Sua Excia o Presidente da República.;
- b) Influenciado o Plano de Elaboração da Estratégia de Alimentação Escolar;

- c) Submetido *draft* relativo a Instrução Ministerial para Reinserção da Rapariga Grávida, contudo, carece de sua aprovação pelo Conselho Técnico do MINEDH;
- d) Criado *TaskForce* com MINEDH para melhoria das condições dos Centros, Lares e Internatos;
- e) Influenciada a elaboração da Estratégia de Ensino Secundário com abordagem de género;
- f) Criado o instrumento de monitoria de género do Plano Estratégico de Educação 2020-2029;
- g) Em pilotagem o Mecanismo Multisectorial de Prevenção e Resposta a Violência na Escola;
 - Pilotagem nos distritos de abrangência do CESC
 - Plano Operacional aprovado;
- h) Incluídas as prioridades e necessidades das comunidades nos PESODs de Ancuabe, Montepuez, Lago e Mandimba;



Saúde

- a) Criado pelo MISAU o Grupo Técnico para a revisão da Carta dos Direitos e Deveres do Cidadão na Saúde;
- b) Reemitida a Instrução sobre a não discriminação dos utentes nas Unidades Sanitárias com base na indumentária;
 - Monitoria e advocacia do cumprimento
- c) Inclusão das prioridades e necessidades das comunidades nos PESODs;
- d) Assinado Memorandum de Entendimento entre MISAU e CESC para colaboração e implementação de diversas iniciativas no sector de Saúde.

Comportamentos das instituições de Estado

Educação

- a) Gestão transparente e participativa do fundo de Apoio Directo à Escola;
- b) Melhorias nas práticas dos professores (materiais e métodos);
- c) Conselhos de Escola funcionais – ligação com a comunidade e regulamentos;
- d) Melhorias nas infraestruturas – salas e vedação;
- e) Aumento na alocação de professores;
- f) Redução no absentismo dos professores;



Saúde



- a) Regista-se melhorias no funcionamento dos Comitês de Co-Gestão e Humanização nas 30 Unidades Sanitárias de intervenção do CESC – sobretudo na componente ligação com a comunidade;
- b) Há melhorias nas infraestruturas dos Centros de Saúde – nas casas-mãe-espera, laboratórios, vedação, acesso à água;
- c) Aumenta a alocação de técnicos e mota-ambulâncias;
- d) Realizada com sucesso a Campanha Parto Humanizado – com acompanhante e contra cobranças ilícitas;
- e) Sector realiza rondas noturnas de supervisão distrital;

- f) Unidades sanitárias passam a receber fármacos do armazém provincial para responder à crescente demanda no distrito de Beira;

Nas pessoas

Educação

- a) Aumento das denúncias das uniões prematuras e violência contra crianças;
- b) Aumento no questionamento do absentismo;
- c) Retenção da rapariga grávida ao longo do ano;
- d) Ritos de iniciação – calendário e conteúdo por níveis;
- e) Melhorado acompanhamento dos estudos das crianças pelos pais e encarregados de educação;



Saúde

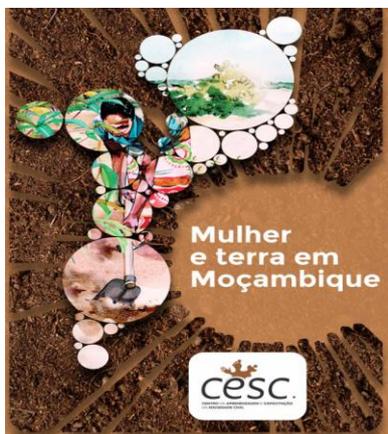
- a) Registado crescimento do número de partos institucionais nas unidades-alvo;
- b) Aumentada a confiança dos utentes em relação aos provedores de serviços – não desvio dos medicamentos;
- c) Melhorada limpeza nas US;



PILAR 2: RECURSOS NATURAIS

OE 2: Aumentar o controlo social sobre a exploração e gestão sustentável dos recursos naturais

Legislação e políticas



- a) Influenciado o processo de Revisão da Política Nacional de Terras em Moçambique (RPNT) e sua estratégia de implementação com a incorporação de algumas recomendações do estudo Mulher e Terra em Moçambique, que resultou na incorporação de algumas recomendações do estudo na Proposta final aprovada;
- b) Lançado o Estudo Mulher e Terra em Moçambique, produzidos e lançados 2 estudos sobre (i) Fundos Comunitários (FC) como uma abordagem válida para a promoção do desenvolvimento comunitário; e (ii) exploração ilegal de pedras preciosas e risco de conflitos em Moçambique;

- c) Influenciado o processo de revisão da Lei de Florestas e Fauna Bravia com a inclusão de FC's para a canalização dos benefícios das comunidades.

Comportamentos das instituições de Estado

- a) Promovida a *accountability* e prestação de contas, canalização e gestão dos 20% em Marrupa, com a implementação do Rastreio em Marrupa, resultou na realização de acções de monitoria por parte do governo provincial ao distrito e visita as comunidades para aferir o impacto da implementação desta taxa;
- b) Melhorada a coordenação entre Procuradoria Distrital e Serviços Distritais das Actividades Económicas no seguimento dos casos das denúncias, no âmbito de OLAVULA-RN;
- c) Promovida a responsabilização dos Serviços Provinciais do Ambiente na canalização dos 20% para as comunidades (valores canalizados para as comunidades aumentou);
- d) Melhorada a ligação e interacção de trabalho entre o Sector Privado, governo e comunidades (Reserva do Niassa comprometido em canalizar o Fundo de Desenvolvimento Local para os FC's em Mavago, depois encontros com o CES para explicar sobre os Fundos Comunitários).



Nas pessoas

- a) Melhorias de condições de vida nas pessoas que se beneficiam de iniciativas de geração de renda (FC já produzem lucros; circulação de dinheiro nas comunidades – desenvolvimento económico local);
- b) Mudança de consciência das comunidades sobre os seus direitos promove um engajamento das comunidades na exigência dos seus direitos (a realização de diálogo com o Governo para colocar as inquietações sobre o processo de reassentamento e seus benefícios, pedidos de esclarecimentos);
- c) As comunidades locais já fazem denúncias e fazem a partilha de informação sem precisar deslocar-se as instituições, com recurso ao OLAVULA-RN.



PILAR 3: Finanças Públicas

OE 3: Contribuir para um ambiente de governação mais inclusivo e responsivo às prioridades das mulheres e crianças

Legislação e políticas

- a) Influenciada a Planificação Distrital (PESOD);
- 17 Assuntos incluídos nos distritos de Ancuabe, Mandimba, Lago e Montepuez;



ANTES



DEPOIS



Comportamentos das instituições de Estado

- a) Influenciada realização de acções de fiscalização com base em evidências:
 - Criada equipa multisectorial constituída pela Inspeção Geral de Educação e de Finanças, Tribunal Administrativo e a Inspeção Provincial de Educação de Cabo Delgado para monitoria das constatações do Rastreo da Despesa aos fundos de Apoio às escolas para combate à COVID 19;
- b) Influenciadas mudanças de práticas de Gestão nas escolas
 - Coordenadores das ZIPs realizaram sessões de réplica da formação aos diretores sobre gestão de ADE e realizaram visitas de supervisão (relatórios e actas disponíveis);
- c) Estamos a influenciar a operacionalização de espaços de discussão dos assuntos dos distritos:
 - Realizados encontros de coordenação distrital em Mandimba e Lago;
- d) Estamos a influenciar processos de responsabilização de gestores públicos pelos seus actos:
 - Directores das escolas cessam funções devido à má gestão de fundos do ADE;
 - FMO com ganhos no processo de extradição de Chang (Aprovada novamente envio de Chang para os Estados Unidos da América);
 - FMO acompanha e divulga massivamente o julgamento das dívidas ocultas.

- Risco de desvio do valor, bem como de agressão física aos funcionários que movimentam os valores.

Constatação 3: Preenchimento incorrecto dos Mapas previstos no Manual de Procedimentos sobre gestão do FAE
Há evidências de dificuldades no preenchimento dos Mapas que constituem a prestação de contas com maior destaque no mapa de controlo de stock e o mapa de inventário, pois são preenchidos de forma incorrecta como, Mapa de controlo de stock apenas preenchido no momento da aquisição, o Inventário apenas indica-se os nomes dos bens adquiridos sem as características nem o valor da compra.

Conclusão
Incumprimento das regras estabelecidas no Manual de Procedimentos – FAE COVID – 7º E 10ª Classe, no que se refere a elaboração e arquivo dos documentos (Mapas).



Nas pessoas

- a) Chefes de 3 Postos Administrativos de Niassa fazem o acompanhamento da gestão dos fundos que as escolas recebem e gerem;
- b) CE com planos de trabalho e prioridades definidas conjuntamente, entre a direcção e a comunidade sobre gestão de fundos,
- c) Estamos a criar espaço para discussão dos assuntos de GFP nas Rádios e nas Comunidades através do uso de brochuras traduzidas em línguas locais;

Programas Especiais – Áreas transversais

IGUAL – Objectivo Geral (OG): Todas as pessoas em Moçambique, particularmente as mulheres, jovens, grupos marginalizados e defensores dos direitos humanos, possam usufruir dos seus direitos humanos, incluindo a participação, oportunidades e acesso a serviços. Como parte do trabalho de protecção dos direitos humanos, IGUAL identificou algumas áreas e oportunidades para influencia a revisão de políticas:

Legislação e políticas

- a) Financiamento das Eleições:
 - Realização de seminário Internacional com os Órgãos de Gestão Eleitoral (OGE) ao nível dos países da SADC para adopção de mecanismos sustentáveis de financiamento eleitoral ao nível da Região.
- b) Descentralização Fiscal:
 - Influenciada a aprovação de uma Lei sobre finanças locais;

- c) Lei sobre o Terrorismo e Branqueamento de Capitais (lei 5/2018):
- Influenciada mudança de dois artigos que minavam o exercício do jornalismo e silenciava fontes de informação, impedindo o exercício das liberdades de imprensa.
- d) Leis das Organizações sem Fins Lucrativos
- Travada a aprovação desta Lei, que iria impedir o funcionamento das organizações sem fins lucrativos que viola as liberdades de Associação e liberdades fundamentais do cidadão.



Comportamentos das instituições de Estado



- a) Autoridades Municipais em Mocuba, Zambézia passaram a estar abertas a receber queixas dos cidadãos em relação as suas demandas na prestação de serviços Públicos;
- b) Grupos Multisectoriais (IPAJ, Procuradoria distrital, Acção social e Polícia) em Cabo Delgado, Manica e Sofala foram engajados no treinamento das Associações e activistas que trabalham na prevenção e resolução de casos de violência Baseada no Género.

Nas pessoas

- a) Homens que participam nos comités de género em Montepuez dizem que partilham tarefas de casa com suas mulheres (por exemplo, trazer água à casa);
- b) Jovens do Observatório Juvenil de Mocuba que agora têm um entendimento melhor sobre como engajar com o governo aprenderam sobre como podem usar os Observatórios criados e outros espaços para apresentar directamente seus problemas a quem os deve resolver.



ALIADAS - Objectivo Geral (OG): Contribuir para maior gozo dos direitos humanos das por mulheres e raparigas e o avanço da igualdade de género em Moçambique.

Comportamentos das instituições de Estado

- a) Estruturas nos governos locais estão a responder às demandas das mulheres colocadas durante o ano 2022 e pedir apoio dos colectivos de mulheres para melhor responder às necessidades delas:
- FIPAG assinou um MdE com parceiras de Nampula para colocar água em bairros indicados pelas mulheres através da agenda comunitária;

- O Governo de Sofala lidera o grupo multisectorial, influenciado pela agenda das parceiras com papel de coordenação partilhada;
 - Assembleia Municipal de Nampula abriu-se para receber em sessão 300 mulheres engajadas na agenda comunitária das Mulheres e as suas demandas foram incluídas no plano anual da Assembleia;
 - Município de Nampula criou um colectivo de mulheres para discutir e interagir em torno das preocupações das mulheres, inspirado pelo trabalho das parceiras;
 - Governo de Manica reconheceu publicamente o impacto da intervenção de uma parceira e solicita réplicas/compromissos de seguimento;
- b) Secretaria do Estado de Nampula é "madrinha" do Fórum Regional Norte. Apresentou em Novembro, formalmente, o resultado do seu seguimento.

Nas parceiras

- a) Reforçadas capacidades organizacionais
- Elaboração de propostas, gestão baseada em resultados/ result based management (RBM), planos, orçamentos; reporte impulsionadas pela literacia digital;
 - Estabelecidas novas rotinas de gestão, cujos efeitos reflectem na melhoria da qualidade de implementação dos programas e na comunicação interna;
 - Aumento da capacidade de advocacia (8 este ano) (Eu Mais, Fórum Regional Norte, Grupo multisectorial em Sofala, acampamento feminista, etc); capacidade de influenciar comportamentos no plano individual e comunitário e institucional;
- b) Quatro ferramentas e abordagens com alto potencial transformador desenvolvidas e/ou adaptadas:
- Alfabetização para mulheres;
 - GALs;
 - Agenda comunitária da mulher no âmbito da recolha de necessidades e desafios destas para a melhor comunicação com o governo ao nível local;
 - Policiamento feminista no qual envolve mulheres locais envolvidos com monitoria de VBG em comunidades onde não tem forte presença das instituições que protegem estes direitos.



PILAR 4: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

OE 4: Reforçar a capacidade institucional do CESC

Mobilização de Recursos

- a) Acordo de 5 anos com a USAID e início do programa Advancing Girls Education (AGE) na província de Nampula e Zambézia no valor de USD10.665.738;
- b) Acordo de 30 meses com Global Integrity e início do projecto Kuyenda Collective na província de Niassa e Zambézia no valor USD 284.830
- c) Acordo de 12 meses com Southern Africa Trust do projecto Nossos Recursos, Nossa Decisão no valor ZAR 379,855

Sistemas/ Procedimentos

- a) Estabelecido um sistema de gestão administrativa/RH, procurement, programática e financeira que vai permitir um melhor controlo e sistematização, planificação, operacionalização, reporte de toda instituição;
- b) Desenvolvidos fluxogramas e *check lists* de procedimentos administrativos para maior compreensão e celeridade na gestão de processos e controlo interno (Procurement/Contratos/Viagem/Recursos Humanos);
- c) Iniciado um processo de estabelecimento de uma Estratégia de Gestão de Mudança.

Orçamento anual

O CESC conseguiu firmar novos contratos que permitiram a actualização do orçamento para **635,435,718.56MT**. A execução orçamental anual á 31 de Dezembro ronda em **85%**.

UN GLOBAL COMPACT (PACTO GLOBAL DA ONU) PROGRESSO DO CESC

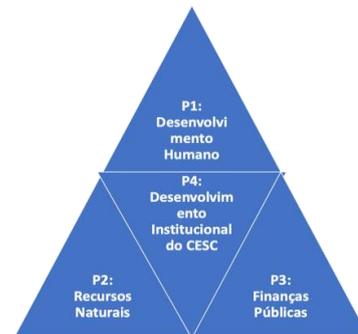
O CESC em Moçambique fez uma importante contribuição ao Pacto Global da ONU em 2022, promovendo e protegendo direitos humanos, melhorando condições de trabalho, protegendo o meio ambiente e combatendo a corrupção. Essas iniciativas tiveram um impacto positivo na comunidade e contribuíram para o cumprimento dos princípios do pacto.



I INTRODUÇÃO

O Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), com mais de 13 anos de existência, é uma instituição sem fins lucrativos, vocacionada ao desenvolvimento de capacidades da participação activa do cidadão e das Organizações da Sociedade Civil (OSC) nos processos de desenvolvimento socioeconómico e político, através da promoção de ferramentas e facilitação de engajamento cívico, na partilha de aprendizado, monitoria e advocacia, em prol de políticas públicas que respondam às necessidades dos cidadãos.

No âmbito da implementação do seu terceiro Plano Estratégico (PE-2020-2024), o CESC tem como seguinte objectivo geral: **“Contribuir para Redução da Pobreza, Desigualdades e Exclusão Social”**, através de intervenções em quatro pilares Estratégicos, nomeadamente:



- **PILAR I: CAPITAL HUMANO (Educação, Saúde e WASH, Direitos das Mulheres): Acesso a serviços básicos de qualidade: Educação, Saúde e WASH;**
- **PILAR II: RECURSOS NATURAIS:** Governação sustentável e inclusiva da Exploração de Recursos Naturais;
- **PILAR III: FINANÇAS PÚBLICAS:** Gestão, inclusiva, transparente, responsável e efectiva das Finanças Públicas;
- **PILAR IV: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL:** Reforço da capacidade institucional do CESC.

Para além dos pilares acima referidos, o CESC conta com programas especiais, são estes: i) Human Rights and Democracy (IGUAL); ii) Women’s Voice and Leadership (WVL) – ALIADAS; iii) Advancing Girls Education (AGE); e, Engajamento Comunitário no Ensino Bilingue (ECEB) dos quais os dois primeiros são áreas estratégicas transversais com enfoque nas suas intervenções em direitos (democráticos, humanos e das mulheres).

Para a implementação destes objectivos do PE o CESC se propôs a:

- Mobilizar a participação activa dos cidadãos e organizações da sociedade civil nos processos de desenvolvimento local;
- Desenvolver capacidades das OSC’s /OCB’s (Organizações Comunitárias de Base) locais a engajarem-se com os provedores e tomadores de decisão na prestação de serviços públicos de Educação, Saúde e WASH;
- Facilitar o engajamento entre os cidadãos, OSC’s/OCB’s e os provedores e tomadores de decisão, na prestação de serviços nos níveis provinciais/distritais e municipais, através da promoção e utilização de ferramentas participativas de monitoria e engajamento;
- Sistematizar, analisar e divulgar ferramentas e experiências práticas de *social accountability* e prestação de serviços de qualidade para informar processos e actores para melhor gerirem;
- Realizar acções de advocacia de políticas públicas, baseada em evidências, com vista a favorecer os interesses e os direitos dos cidadãos, particularmente das mulheres e crianças.

O presente relatório apresenta os resultados alcançados pelo Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC) durante o ano de 2022, os desafios encontrados, as (re) orientações/adaptações realizadas com vista ao alcance dos resultados preconizados e as lições aprendidas.

O presente documento está composto por 8 capítulos principais, nomeadamente, a **introdução**, no qual é apresentada a principal orientação estratégica do CESC e a descrição da estrutura do relatório. O Capítulo 2 **“Análise do Contexto”** que descreve a percepção do CESC sobre os principais eventos de natureza económica, social, política e ambiental do país bem como das áreas específicas onde o CESC trabalha, que de alguma forma interferiram positiva e/ou negativamente nas acções do CESC. O Capítulo 3 **“Principais Realizações por Área/Pilar”** apresenta de forma objectiva os principais resultados e produtos alcançados alinhados aos Objectivos Estratégicos do PE (2020-2024), descritos por Pilar, área e resultados estratégicos. O Capítulo 4 **“Oportunidades e Desafios”** sumariza as oportunidades e desafios enfrentados pelas equipas no período em análise. O Capítulo 5 **“Lições Aprendidas”** sumariza o aprendizado da equipa de implementação ao longo do ano. O capítulo 6 **“UN Global Compact (Pacto Global da ONU) – Comunicação do Progresso do CESC”** sumariza as acções práticas que O CESC adotou durante o ano de 2022 para implementar os princípios do Pacto Global e apoiar metas de desenvolvimento mais amplas. O capítulo 7 **“Prioridades Para Próximo Período”** apresenta de forma sucinta as prioridades definidas para o ano de 2023. O capítulo 8 **“Análise de Risco”** descreve os principais riscos e o seu impacto (efeito) nas intervenções do CESC e das organizações subvencionadas, bem como as medidas de mitigação usadas. Já o capítulo 9 os **“Anexos”**, é onde se pode ver as matrizes dos indicadores, lista de parceiros de implementação, cobertura geográfica, histórias de sucesso e algumas fotos que evidenciam algumas actividades realizadas.

II ANÁLISE DO CONTEXTO

No que diz respeito ao contexto em que o CESC operou constatou-se que Moçambique continua a atravessar uma fase desafiante em que vários factores em simultâneo que tem exacerbado e exposto as suas fragilidades estruturais. No período no qual o presente relatório reporta, constatou-se que vários factores de âmbito Político e Militar, Social, Económico e Ambiental influenciaram a implementação do Plano Anual do CESC, com e determinaram o alcance e a qualidade dos resultados.

2.1 Contexto Político-Militar

O contexto Político e Militar das províncias de implementação dos Projectos/Programas do CESC, em particular, e do país no geral foi de relativa acalmia no início do ano e de certa agitação no final deste período em análise. Em Cabo Delgado, nos primeiros meses do ano, famílias começaram a regressar para as suas zonas de origem, com maior incidência nos distritos de Quissanga e Mocimboa da Praia, ainda que de forma tímida. Todavia, o mês de Junho foi marcado pela escalada da violência nesta província, nos distritos de Ancuabe, Chiúre, Mecufi e algumas comunidades do distrito de Montepuez. Os ataques ao distrito de Ancuabe, influenciou negativamente a implementação dos projectos Land Use Rigths (LUR) ou Uso Responsável da Terra e outros Recursos Naturais, Fórum de Monitoria e Orçamento (FMO+) e Sou Cidadão.

Referir que Ancuabe é um dos distritos de intervenção do projecto LUR, daí que o ataque a este ponto do país culminou, com a retirada do CESC de forma momentânea e como consequência ficou cancelada a implementação de uma iniciativa de geração de renda na comunidade de Meza, tendo sido transferida para o distrito de Murrupula em Nampula. Em relação ao projecto Sou Cidadão, não

foi possível terminar a implementação do Cartão de Pontuação Comunitária (CPC), como também não foi possível capacitar os gestores das escolas em Gestão de Finanças Públicas (GFP).

O contexto foi de incertezas e preocupações na província de Niassa (desde Dezembro de 2021) e Nampula (Junho de 2022) devido alastramento do conflito para estas províncias, especificamente nos distritos de Mecula (Niassa) e Memba, Erati e Nacaroa (Nampula), que fazem fronteira com a província de Cabo Delgado, o que implicou à tomada de precauções no âmbito da implementação das acções neste ponto do país.

Em Cabo Delgado verificou-se combates e perseguição de insurgentes pelas Forças de Defesa do país, particularmente, nos distritos de Ibo (Ilha de Matemo), Macomia (Posto administrativo de Chai e Mucojo) e Nanguade (Pundanhar). Em Niassa e Nampula a violência foi caracterizada por ataques esporádicos dos insurgentes a pontos recônditos, assassinatos, e consequentemente deslocamentos internos das populações. Por outro lado, constatou-se o silenciamento de jornalistas e defensores dos Direitos Humanos (DH), que tentaram mostrar as realidades e exigir *accountability* no âmbito das violações de direitos. O silenciamento foi caracterizado por raptos, detenção, torturas, etc.

Dados recentes das Nações Unidas (<https://news.un.org/en/story/2022/10/1129217>) indicam que o conflito na região norte do país provocou cerca de um milhão de deslocados internos.

O contexto acima apresentado, afectou negativamente o desempenho do CESC em relação ao planificado, na província de Niassa e Nampula e obrigou o CESC a ajustar as suas acções. Os ataques em Mecula fizeram com que as equipas do CESC não se fizessem ao terreno, principalmente nos distritos vizinhos de Marrupa e Mavago. Assim, o trabalho foi realizado de forma remota nos primeiros meses do ano, todavia, a partir de Março verificou-se o retorno às atividades presenciais.

Assim, estrategicamente o CESC posicionou-se e realizou encontros de reflexão sobre intervenção da SC para apoiar as comunidades deslocadas e acções de repúdio contra estes ataques. Por outro, lado foi realizado encontro de emergência no qual resultou na tomada de decisões no âmbito da:

- a) gestão de informação sobre os ataques, no qual as decisões foram:
 - Partilha/canalização de potencial informação que afecta a segurança do CESC, seus parceiros e colaboradores em tempo real.
 - Criação de um sistema/processo de gestão de informação para a tomada de decisões assertiva. Este consiste na existência de 2 linhas de contatos para comunicar qualquer informação ou ameaça de ataques nos distritos onde o CESC trabalha e distritos circunvizinhos, envolvendo o superior hierárquico directo na linha de gestão (e.g. gestor de projecto, gestor provincial, líder de pilar, Director de Programas).
- b) riscos iminentes, que envolve dentre várias, as seguintes acções:
 - Mapeamento de locais de alto risco.
 - Implementação de boas praticas de segurança por todos os colaboradores do CESC e parceiros em lugares de alto risco (e.g. Ancuabe, Montepuez e Chiúre).
- c) medidas a serem tomadas em caso de ataques no momento das intervenções dos programas e projectos do CESC, no qual incluem as seguintes observações:
 - Todos colaboradores devem ter dois cartões telefónicos de operadoras diferentes.
 - Os telefones devem estar devidamente carregados, com saldo e *power bank* carregado.
 - Em viagem, o colaborador deve efectuar chamadas a cada 30 minutos para o supervisor directo.

No âmbito do combate ao terrorismo a Assembleia da República (AR) aprovou no presente ano a Lei da prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo e por outro lado foi submetida a AR a proposta de Lei que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL), sem prévia consulta e discussão com as partes principais interessadas. Assim, o CESC individualmente ou com outras Organizações da Sociedade Civil (OSC) posicionou-se e participou em debates com diferentes actores (incluindo deputados da AR) e em diferentes fóruns de forma a impedir a aprovação desta proposta de Lei.

Nas províncias de Niassa, Zambézia e Sofala verificou-se a cessação de funções do director do Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia (SDEJT) de Mandimba e do Administrador do distrito de Lago bem como a nomeação do novo director do SDEJT no distrito de Buzi (Sofala) distritos onde o CESC implementa as suas acções no âmbito dos projectos FMO+ e Sou Cidadão. Estes eventos não afectaram a implementação dos projectos, uma vez que a equipa do CESC assegurou que técnicos das Repartições do Ensino Geral (REG) e de Administração Planificação (RAP) tivessem conhecimento e domínio dos projectos implementados pelo CESC.

Constatou-se em algumas províncias, como Zambézia e Nampula, visitas de governação aberta do executivo provincial e da Secretaria de Estado aos distritos. Na província da Zambézia estas visitas não interferiram na plena implementação das actividades dos projectos do CESC nas áreas de intervenção. Contudo em Nampula, influenciou negativamente na implementação das actividades do projecto ECT3, na medida que muitos gestores escolares e professores tiveram de participar das reuniões com o governante, no qual resultou dentre vários no pedido de substituição do director dos SDEJT de Muecate ao governador, facto que foi considerado de indisciplina por este.

No geral, constatou-se que os partidos políticos e governos locais se engajaram em realização de eventos. Para os primeiros, os eventos foram, conferências distritais e provinciais, empossamento dos órgãos Eleitorais, entre outros eventos políticos no âmbito da preparação dos próximos pleitos eleitorais. Ao nível dos governos locais foi observada a preparação e realização de observatórios provinciais, encontros dos conselhos provinciais de coordenação, sessões das assembleias provinciais e conselhos consultivos distritais para a planificação do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) 2023.

Estes movimentos não impactaram a implementação dos projectos do CESC. No entanto, apesar disso, para mitigar os possíveis efeitos dos movimentos políticos, os projectos partilharam informações relativas aos projectos/programas/ consórcios com os actores e intervenientes chaves dos governos locais e aproveitaram os espaços para a apresentação das evidências das acções e posicionamentos para os assuntos levantados ao nível dos governos locais.

2.2 Contexto Social e Económico

No contexto social, o alívio às restrições impostas pela pandemia do COVID-19, que resultaram no regresso às aulas presenciais, o regresso ao trabalho a tempo presencial retoma de actividades recreativas, económicas (formais e informais), cultos religiosos, entre outros, tiveram um impacto positivo na implementação das actividades do CESC. A detenção do primeiro caso de poliomielite no distrito de Changara na Província de Tete não impactou a realização das actividades do CESC. As actividades que exigem maior participação foram realizadas sem qualquer limitação, cumprindo todas as medidas preventivas em vigor no país.

O ano de 2022 também foi caracterizado pela restrição de aulas presenciais e entrada em vigor do novo currículo de ensino, com a introdução do exame na 6ª classe. Por outro lado, o país viveu o escândalo que se caracterizou em erros nos livros escolares e atraso na produção e distribuição do livro escolar, facto que abriu espaço para debates e acções de advocacia para influenciar a melhoria da qualidade de ensino em Moçambique. Neste âmbito o CESC efectuou várias intervenções nos mídias em parceria com o MEPT/ONGs, participou na Semana de Acção Global de Educação Para Todos (SAGPT); e integrou-se ao movimento *Safe to Learn*.

É importante lembrar que as acções realizadas nas escolas, unidades sanitárias e comunidades, sobretudo para mudança de comportamento, podem, algumas vezes, ser confundida com acções políticas, e consequentemente desvirtuar os reais objectivos dos Projectos do CESC. Todavia o CESC desenvolveu um conjunto de medidas que visam a mitigação desta situação, estas incluem: (a) Não realização de reuniões, encontros em locais pertencentes a partidos políticos; (b) Desencorajar o uso de material de propaganda partidária pelos participantes; (c) Produzir material de visibilidade para uso em todos os eventos escolares e comunitários; entre outros.

No campo económico, apesar de certa estabilidade da taxa de câmbio que se verifica desde Setembro de 2021 até a data, como consequência do conflito Rússia e Ucrânia, o custo de vida em Moçambique, tende a agravar nas principais cidades do país (Maputo, Beira e Nampula). Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE)¹, indicam que o País registou até Dezembro de 2022, inflação na ordem de 10,91%. Este foi caracterizado pela subida do preço de combustível, transporte e bens de primeira necessidade. O aumento do custo de vida não impactou a área programática do CESC, contudo houve preocupações em relação ao reajuste orçamental dos projectos, devido a subida do preço do combustível. A título de exemplo a equipa do projecto ECEB, constatou que um dos distritos de intervenção do projecto (Gilé) consta na lista dos distritos com preços elevados de combustíveis.

A Food and Agriculture Organization (FAO), refere que no mês de Março a guerra na Ucrânia foi responsável por um aumento de 17,1% no preço de grãos como trigo, cevada, aveia e milho, suscitando preocupações quanto ao risco de fome no mundo por parte desta Organização das Nações Unidas². Esta situação constitui preocupação para o CESC, pelo facto das suas intervenções ocorrerem também junto as comunidades carenciadas.

A assinatura de novo acordo entre o Governo de Moçambique e Fundo Monetário Internacional (FMI) em Maio do corrente ano, para retoma ao financiamento directo ao orçamento de Estado, suspenso com a descoberta das dívidas ocultas da EMATUM, Proíndicus e MAM, bem como, os desafios no âmbito da introdução e implementação da nova Tabela Salarial Única (TSU), criaram expectativas nos prestadores de serviços públicos e na população em geral. De forma geral, estes eventos não impactaram a implementação das actividades do CESC junto às instituições governamentais parceiras. Todavia, em Nampula a gestão de expectativa da TSU impactou negativamente as actividades do CESC, uma vez que na última semana de Outubro, com o atraso de salários, algumas escolas ficaram sem aulas.

¹ Para mais informação consulte http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-economicas/indice-de-preco-no-consumidor/notas-de-imprensa/mocambique/ipcmocambique_8-cidades_nimprensa_novembro2022.pdf/view

² Para mais informação consulte <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/mocambique/mocambique-reajusta-preco-dos-combustiveis-devido-a-guerra-na-ucrania/>; <https://veja.abril.com.br/mundo/guerra-na-ucrania-faz-preco-dos-alimentos-disparar-em-marco/>

2.3. Contexto Ambiental

Por fim, a conjuntura ambiental também trouxe desafios. Em 2022 foram registadas duas tempestades tropicais Ana e Gombe que para além das mortes, com maior incidência nas províncias de Nampula, Niassa, Zambézia, Sofala e Tete, devastaram diversas áreas e afectaram os bens, recursos e meios de vida de várias comunidades no país, incluindo infraestruturas públicas (estradas, pontes, pontecas, escolas, unidades escolares e hospitalares) e privadas e a capacidade das comunidades acederem aos serviços prioritários, tais como saúde, educação, entre outros.

A título de exemplo as chuvas decorrentes provocaram o desabamento de pontes, das quais duas nos distritos de Mavago e Chimbonila (Niassa) e duas em Namacurra e Nicuadala (Zambézia) que consequentemente condicionou a circulação de pessoas e bens para os distritos de Mavago, Majune e Marrupa bem como ao longo da estrada nacional número 1 (EN1).



Na província de Nampula, as EPCs de Maripaque, Nanvuca, Tapaia, Tavone e Nacuro, ficaram isoladas dos outros pontos do distrito devido à corte de estradas e desabamento de pontes. Enquanto no distrito de Nacaroa, as chuvas destruíram cantinas e armazém da ração alimentar (CSB+) nas EPC de Cothocuane e Namale. Já o Distrito de Lugela ficou isolado da capital provincial devido ao desabamento de uma das pontes na via principal de acesso. A ponte sobre o rio Revuboe que ligava a cidade de Tete e Distrito de Moatize desabou e centenas de famílias perderam seus bens por conta das cheias.



Os eventos acima mencionados afectaram de certa forma a implementação dos projectos do CESC, especificamente, as visitas de monitoria regulares, levantamento mensal de assiduidade, etc. Todavia para a implementação das actividades as equipas dos projectos socorreram-se de recursos como motorizadas, vias alternativas, reajustes ao plano de modo a alcançar as escolas e ou zonas isoladas.

O contexto geral e os contextos específicos dos locais de implementação dos projectos exigiram do CESC uma postura de “vigilância”, proactividade e gestão adaptativa com vistas a contornar os impactos negativos bem como explorar e potenciar as oportunidades que daí advieram.

III PRINCIPAIS REALIZAÇÕES POR ÁREA/PILAR I DO PLANO ESTRATÉGICO

3.1. Resultados ou Mudanças Alcançadas

No que tange aos resultados no ano de 2022 o CESC realizou atividades de forma directa e através de parceiros em 46 distritos das 11 províncias do País. Abaixo ilustra-se as principais realizações por área/pilar do PE do CESC para o período de 2020-2024 bem como as mudanças nos seguintes campos: legislação, comportamentos das instituições do Estado e pessoas.

3.1.1. PILAR I: CAPITAL HUMANO

Este pilar que tem como objectivo melhorar o acesso a serviços básicos de qualidade nas áreas de Educação, Saúde e Direitos das Mulheres, contou com um total de 10 projectos/programas para o alcance das mudanças, são estes: Assiduidade e Transparência na Gestão Escolar (ATGE); Sou Cidadão; Engajamento Comunitário no Ensino Bilingue (ECEB); Juntos Educando as Crianças (ETC3); Melhorando o Desempenho Escolar; A Minha Voz Conta; Nosso Futuro Brilhante; Kuyenda Collective; Advancig Girls Education (AGE); TACID; e LOGOS. Abaixo as principais realizações por cada resultado do pilar:

Em relação ao **Aumento do Investimento e *Accountability* na Gestão e Provisão de Serviços Básicos de Qualidade para Educação, Saúde e Água, Saneamento e Higiene - WASH (Resultado 1.1)** no período em análise, foram alcançados os seguintes resultados ou mudanças:

Na área da Saúde

- a) Realizado o Cartão de Pontuação Comunitária (CPC) e elaborados Planos de Acção Conjunta (PACOs) em 30 Unidades Sanitárias (US) de implementação e com base nas prioridades apontadas foi elaborado o documento de Posicionamento da Sociedade Civil para apresentar no Observatório de Desenvolvimento Provincial (ODP); 30 (trinta) Comitês de Cogestão e Humanização (CCGH) foram potenciados e dão o seguimento dos PACOs em cada US;
- b) Os membros dos 10 Conselhos Consultivos Locais (CCLs) envolvidos na monitoria dos serviços de saúde conseguiram influenciar para a aquisição de um aparelho de raio X para a US da Sede de Changara;
- c) 3 Estudos realizados no sector de saúde, sobre a disponibilidade de fármacos na US, violência obstétrica e auditoria social, estes serão usados para a advocacia;
- d) Construídas 4 casas-mãe-espere em Inhambane e entregues as comunidades. Em 5 casas-mãe-espere na Província de Tete, parturientes beneficiaram de alimentação;
- e) Promotores dos diálogos promovem a divulgação da Lei número 29/2019 sobre a Prevenção e Combate às Uniões Prematuras (LUP) e linha 116 Fala criança Nacional nos distritos de Changara e Moatize;
- f) Houve expansão dos Diálogos Comunitários (DC) da Saúde para 10 Sedes das Zonas de Influência Pedagógica (ZIPs) das localidades de implementação do projecto Sou Cidadão como abordagem para incluir maior número de jovens nas sessões;
- g) Aumento da demanda de 121.401 utentes para 140.374 utentes em 2021 nas US do distrito de Changara;
- h) Entregue motorizada para apoio ao transporte dos utentes na US de Phalamabwe e reforçado o número de Técnicos de Saúde;
- i) Há melhora nas actividades de promoção de saúde nas comunidades, incluindo a realização de Brigadas Móveis, o que resultou na duplicação da demanda da US;
- j) Realizado o *worskhop* de apresentação do estudo de base de saúde que informa os pontos de entrada para o programa LOGOS;
- k) Desenhado o projecto piloto denominado “Aproximando a Inspeção de Saúde aos cidadãos através do fortalecimento dos mecanismos de denúncia” com vista a:
 - Fortalecer/reactivar os mecanismos de denúncias e reclamações no sector da saúde;
 - Melhorar o engajamento entre os inspectores e comunidades/utentes dos serviços de saúde; e,

- Apoiar os inspectores na melhoria da gestão das denúncias e reclamações.
- l) Assinado Memorandum de Entendimento entre MISAU e CESC para colaboração e implementação de diversas iniciativas no sector de Saúde.

Na área de Educação

- a) Iniciada a elaboração da estratégia de alimentação escolar;
- b) 785 Concelhos de Escola (CE) capacitados nas províncias de Maputo (187 nos distritos de Matutuine, Magude e Moamba), Nampula (160) e Zambézia (797) em matéria de estrutura, funcionamento, papel, responsabilidades do CE;
- c) Aprovados planos de actividades para o ano de 2022 pelas Comissões dos Conselhos e comissões de trabalho devidamente constituídos de acordo com o previsto no regulamento de funcionamento do CE's;
- d) Técnicos do sector da educação da província de Maputo, interessados em divulgar a relevância da plataforma Olavula ao nível dos distritos de Manhiça, Magude, Matutuine e Moamba;
- a) 25 (8 M) secretários de bairros envolvidos na mobilização e envolvimento das comunidades nas actividades do projecto Melhorando os Resultados de Aprendizagem nas Escolas Primárias da Cidade de Maputo, a destacar: Ingude, Incassane e Chamissava e Marinha, no distrito de Katembe; Munhuana e Minkadjuine e Lhanguene, no distrito de Nihamanculo, Polana Caniço B, Urbanização, Maxaquene B e C no Distrito de Kamaxaquene e Mavalane B, Hulene A, Albasine e Laulane, no Distrito de Kamavota;
- e) 1076 (702 M) pais e encarregados de educação participaram no encontro sobre a necessidade de apoio aos educandos nas actividades extracurriculares e segurança escolar dos petizes;
- f) 28 escolas da cidade de Maputo melhoraram métodos de planificação e leccionação de aulas, com base no uso de meios locais que facilitam a aquisição de competências básicas aos alunos na escrita, leitura e cálculo elementar através da capacitação de 224 (127 F) professores dos 05 distritos;
- g) 78 (26 M) pontos focais de 23 escolas primárias foram capacitados em matéria de protecção da criança e estão a disseminar o mecanismo de combate a abuso e violência nas escolas. Como resultado os alunos têm conhecimentos que lhes ajuda a identificar e reportar casos de abusos e violência nas escolas, reduzindo a ocorrência de violências nos recintos escolares, na cidade de Maputo;
- h) Fortalecida a capacidade das escolas Primária de Mavalane B (distrito de Kamavota) e Primária da Vila Marinha (distrito de Katembe), através da disponibilização de:
- 10 cadeiras, uma mesa rectangular para a sala de professores, incluindo duas mesas quadrangulares com 8 bancos; 2 computadores, 3 secretárias com as respectivas poltronas;
- i) Melhorada a assiduidade dos gestores escolares e professores nas escolas de intervenção do projecto ATGE. Portanto, a assiduidade de Gestores Escolares cresceu em 6%, dos quais 11% em Sofala e 1% em Inhambane, saindo de 84% para 85% e de 87% para 98% em Inhambane e Sofala respectivamente. A assiduidade de Professores cresceu em 11%, dos quais 2% em Inhambane e 19% em Sofala, portanto, de 77% para 79% em Inhambane e de 74% para 93% para Sofala, através de:
- Levantamento mensal de assiduidade dos grupos-alvos;

- Capacitação de 50 (10F) pontos focais distritais em matérias de Olavula;
 - 20 Sessões de estudos e divulgação da Legislação, documentos normativos e aspectos de ética e deontologia profissional realizados em Sofala e Inhambane;
- j) Melhorada a gestão transparente dos fundos do ADE nas escolas de intervenção do projecto ATGE de 86% para 96% em Inhambane e de 59% para 100% em Sofala; Realizada a avaliação ao uso do ADE.
- k) Elaborado o projecto piloto “Promovendo uma abordagem integrada para combater o absentismo dos professores nas escolas primárias”
- l) 12,565 pessoas (5741 mulheres) de comunidades de 160 escolas sensibilizadas sobre a plataforma Olavula nos distritos de Muecate e Nacaroa no âmbito da implementação do projecto ECT3; 17.068 pessoas consciencializadas sobre a importância da educação (7.561 mulheres); e 320 mães/pais (160 mulheres) conselheiros capacitados em matéria de apoio e protecção das crianças nas escolas;
- m) 59 novos documentos orientadores (regulamentos e procedimentos) elaborados no âmbito do apoio às escolas, nas seguintes temáticas: assiduidade, apoio às crianças com deficiência, protecção de menores, monitoria de gestão da ração alimentar, entre outros;
- n) Realizado o exercício de Rastreo da Despesa Pública em 30 escolas dos distritos de Muecate e Nacaroa;
- o) Capacitados 320 mães/pais conselheiros no âmbito do ECT3; Realizadas 578 sessões de mães e pais conselheiros, envolvendo 13,422 participantes;
- p) Desenhado um *software*/instrumento para monitoria de faltas dos professores e directores de 40 escolas primárias nos distritos de Mogovolas e Alto Molócue no âmbito da implementação do programa AGE. Ademais foi assinado o memorando de entendimento entre o parceiro implementador do projecto governo distrital de Mogovolas e a direcção provincial de educação da Zambézia;
- q) Realizado um *workshop* para troca de experiência, partilha de abordagens metodológicas com parceiros ADPP, UATAF, CESC, e LOGOS de modo a permitir a articulação e coordenação na implementação do AGE; revisto o Quadro de Resultados e Teoria de Mudança, e elaborado Plano de Advocacia do AGE com enfoque no sector de Educação
- r) No âmbito do Ensino Bilingue vários resultados foram obtidos são estes:
- Realizadas competições de leitura em 6 distritos, envolvendo 890 crianças (352 raparigas) onde foram premiadas 272 crianças (112 raparigas);
 - 336 cantos de leitura reforçando as habilidades de leitura em 6 distritos de implementação do Ensino Bilingue;
 - Requisitados 37,397 livros pelos pais e comunidades no reforço a leitura; 8,500 pais e encarregados de educação (3,001) mulheres apoiando os seus filhos e educandos com instrução de reforço a leitura com o uso da metodologia bilingue; Distribuídos 24,314 livros de reforço a leitura nas comunidades de 6 distritos da província da Zambézia;

Em relação ao **Aumento do Engajamento da Comunidade e de outras Partes Interessadas na Gestão e Prestação de Serviços de Qualidade para Educação, Saúde e WASH (Resultado 1.2)** no período em análise, foram alcançados os seguintes resultados ou mudanças:

Na área de Saúde

- a) Reforço das capacidades Técnicas dos CCGH em 30US (os CCGH, apropriaram-se e tomaram a dianteira do seguimento dos PACOs);
- b) Participação em 7 reuniões de CCL e CCD apresentam as prioridades dos cidadãos no sector de sector de Saúde;
- c) Técnicos do sector de Wash da Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação (DPOPH) visitam 2 US (Mazoe e Mualadzi) para o levantamento das necessidades de saneamento;
- d) Realizado 1 estudo sobre o acesso aos fármacos nas US (Inhambane, Sofala e Tete)
- e) Reforço de Técnicos de Saúde nas US de Benga, Phalamabwe em Tete resultou em aumento da demanda nas US;
- f) Reduzida a prática de cobranças ilícitas na Maternidade da US de Canhandula no Distrito de Dondo;

Na área de Educação:

- a) 187 Conselhos de Escola capacitados dos nos distritos de Manhiça, Matutuine, Magude e Moamba resgatam suas competências como órgão máximo de consulta e fiscalização da escola. Em resultado:
 - planos de actividades de 2022 foram aprovados pelas respectivas comissões de trabalho;
 - Comissões de trabalho foram devidamente constituídos de acordo com o número de membros previstos no regulamento de funcionamento do CE's;
- b) Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia (SDEJT) interessados em serem cadastrados na Plataforma Olavula para acompanharem as questões apresentadas pelas comunidades;
- c) 23,406 pais e encarregados de educação (10,718 mulheres) promovem o ensino bilingue nas comunidades de 797 escolas na província da Zambézia;
- d) Apropriação pelos actores provinciais (Zambézia) na implementação de segurança na Escola através do Mecanismo Multisectorial Para a Prevenção, Encaminhamento e Resposta à Violência Contra Crianças nas escolas, para replicar ao nível distrital;
- e) Recuperadas 2 (duas) raparigas em situações de uniões prematuras na comunidade de Muelete no distrito de Nacarua como resultado das acções dos Diálogos Comunitários; Recuperadas 5 crianças em Muecate como resultado do trabalho da comissão dos assuntos sociais na EP1 de Tapaia (Muecate);
- f) Aumentados os casos de denúncias e encaminhamento às autoridades de casos de violação dos direitos das crianças resultantes da:
 - criação de comités de proteção à criança e engajamento das comunidades de Mucorro e Ratane, distrito de Muecate;
 - Submissão de um caso de união prematura grave à procuradoria do distrito de Gilé, envolvendo um senhor adulto (+ de 40 anos) com 4 menores e por sinal duas delas irmãs;
- g) Apoiadas duas comunidades de Muecate (Mucorro e Ratane) a encaminhar os casos de uniões prematuras às autoridades policiais; as testemunhas já foram ouvidas;
- h) Alocados dois professores na EPC de Terrene Ponte (distrito de Nacarua). Adicionalmente, construído o muro de vedação e reabilitado o tecto da escola; alocado um professor em Casacone e feita abertura de furo de água; alocados mais dois professores na EPC de Muchico (Nacarua) como resultado do plano de accção do CPC;

- i) substituído o gestor de CBS+ em Queramula por causa de queixas na plataforma Olavula sobre o desvio de fuba e feita a reparação da fontenária em Nerero;
- j) Realizado um encontro de advocacia junto da DPE de Nampula para influenciar o sector a melhorar a supervisão e inspeção no que refere à assiduidade dos professores;
- k) Realizados 10 encontros de auscultação e diálogos comunitários para influenciar a planificação distrital no distrito de Muecate.



- l) Encaminhado um caso de criança com necessidades especiais aos serviços de acção social para apoio, e resgatadas 13 crianças com necessidades especiais de volta à escola em Nacaroa e Muecate;
- m) Recuperadas 2 (duas) raparigas em situações de uniões prematuras na comunidade de Muetele no distrito de Nacaroa como resultado das acções dos Diálogos Comunitários

- n) 17,619 Pessoas (8,024 Mulheres) Líderes Comunitários, Religiosos, Pessoas Influentes, CEs, Pais e Mães, Professores e Gestores das escolas, mobilizadas de comunidades de intervenção do projecto ECEB e melhorada a compreensão sobre práticas de apoio aos filhos no processo de ensino e aprendizagem;
 - Aceitação do Ensino Bilíngue (EB) na Zambézia e neste âmbito algumas mudanças significativas incluem:
 - Líderes locais incluem nas suas agendas de trabalho a divulgação das mensagens-chave sobre EB e Violência Baseada no Género (VBG), o que contribui para a retenção das crianças na escola e redução de Uniões Prematuras, nas comunidades de intervenção do projecto. Alguns líderes comunitários a destacar são os de Naheche (Gilé), Caiaia (Alto Molócue); Cutinhungule e Mane (Namacurra); Munhamade, Muabanama e Tacuane (Lugela);
 - 795 CE's capacitados sobre papel e funcionamento do órgão, apoio às crianças em TPCs e VBG melhoram sua estrutura e funcionamento. Neste âmbito, aperfeiçoaram seus planos de actividade; há maior compreensão dos seus membros, sobre papéis e responsabilidades das comissões de trabalho; os CE's usam documentos normativos como Convocatórias, Actas, Relatórios de Actividades, incluindo acções de monitoria do absentismo nas escolas;
 - Em algumas comunidades nota-se muita afluência dos alunos nas Bibliotecas Comunitárias onde praticam a leitura nos tempos livres: Há vários relatos de meninos e meninas que acorrem às Bibliotecas Comunitárias, preferindo usar os seus tempos livres lendo livros em detrimento de ir às feiras comerciais, uma prática muito comum nas comunidades (e.x a comunidade de Mutulude, no Distrito de Mocuba). Embora o foco do projecto sejam as crianças, verifica-se também, maior afluência dos pais/encarregos de educação no uso das Bibliotecas Comunitárias; A solicitação de livros nas bibliotecas comunitárias aumentou de 2.063 para 15.629; Iguamente reduziu o número de alunos que abandonam a escola para frequentar as feiras comerciais nos distritos de A.Molocue e Mocuba;
 - Pais/mães/encarregos de educação estão engajados no processo de acompanhamento das actividades de leitura e escrita dos seus educandos em casa e na comunidade: Esta mudança resulta das réplicas feitas pelos CE's no uso das 11 técnicas básicas de

acompanhamento de leitura das crianças em casa. Como consequência, verifica-se uma significativa redução do abandono escolar com destaque para rapariga;

- o) Observadas inscrições de novos ingressos para 2022 em algumas escolas nos distritos de Alto-Molócué e Gilé, sem a necessária mobilização do CEs e Líderes Comunitários.
- p) Aumentado o número de alunos matriculados nas escolas de intervenção em Nampula em 62%, como resultado de accões de engajamento da comunidade;
- q) 10 assuntos levantados pelas comunidades (CPC, diálogos comunitários e Olavula) apresentados no Observatório de Desenvolvimento de Nampula pela Plataforma Provincial de Nampula, em colaboração com as plataformas distritais de Muecate e Nacaroa;

Em relação ao **Aumento do engajamento das comunidades e outras partes interessadas na promoção da igualdade de género (Resultado 1.3)**, no período em análise, foram alcançados os seguintes resultados ou mudanças:

Na área de Direitos das Mulheres

- a) 170 pessoas participaram de um evento de Aprendizagem da Região de África Lusófono e Anglófono, facilitado em formato híbrido. Neste participaram 11 países (Portugal, Tanzânia, Brasil, Ghana, Nigéria, Canadá, Etiópia, Quénia, Sudão de Sul e Moçambique), parceiras do ALIADAS e outras organizações de mulheres, que conectou parceiras de Moçambique com organizações de mulheres em outros países do continente para reflexão em conjunto.
- b) Realizadas oficinas de reflexão nacionais e regionais para partilhar abordagens de trabalho, aprender de outras organizações, e fortalecer ligações entre organizações:
 - 1 oficina Theory of Change (ToC) -Teoria da Mudança presencial que incluiu participação de 36 mulheres de 26 parceiras de ALIADAS (Abril);
 - 4 oficinas regionais presenciais com 20 participantes cada uma (Cidade de Nampula, Quelimane, Beira, Maputo) com participação de parceiras de ALIADAS e representantes de governo locais (Outubro).
- c) 11 parceiras (7 no centro do país e 4 de Nampula) treinadas em estratégias de *fundraising*
- d) 1 *bootcamp* virtual com 26 parceiras de ALIADAS para discutir os conceitos de rede, movimento, e plataforma para organizações de mulheres em Moçambique e como inspirar movimentos a ser mais inclusivos das mulheres for dos centros urbanos e mulheres vulneráveis;
- e) Lançamento de 3 estudos, são estes:
 - estudo sobre o passado, presente, e futuro de Cabo Delgado nas vozes das mulheres, (<https://muthiana.com/>);
 - Estudo sobre os benefícios da exploração dos recursos naturais na vida dos jovens e mulheres rurais, incluindo pessoas com deficiências, vulneráveis e marginalizadas ao nível de 4 comunidades do corredor da Zambézia nas províncias de Zambézia, Manica, Sofala e Tete;
 - Estudo sobre o estado dos direitos das mulheres moçambicanas.
- f) Criados espaços virtuais para promover colaboração entre organizações de mulheres no grupo de WhatsApp Mulheres ComVida. O grupo conta com 111 participantes de 65 organizações de mulheres;
- g) Resultados das parceiras (o que estas conseguiram fazer com apoio de ALIADAS?). Visto que o objectivo principal de ALIADAS é reforçar capacidades de organizações moçambicanas de mulheres para que elas possam melhor proteger e defender os direitos de mulheres e raparigas. Ações a destacar em baixo:

- Realizada marcha de organizações feministas em Sofala contra a impunidade de abusadores dos direitos humanos de mulheres (especialmente das raparigas);
 - Assinado um MdE entre a Associação de Mulheres com Deficiência de Nampula e a DPS para melhorar o cuidado e acesso à saúde das mulheres com deficiência;
 - ROSC capacitou 60 Professor@s, 6 Conselhos de Escola, 48 Lideranças Comunitárias, 60 Instituições Públicas Locais, 3 Mecanismos Multissectoriais e 6 OCB's para desafiar as normas e práticas sociais nocivas, conhecerem, divulgarem e fiscalizarem a implementação da Lei contra Uniões Prematuras;
 - Realizadas 21 sessões de clubes de raparigas em Tete (AMME), onde foram disseminadas mensagens sobre prevenção e denúncia de caso VBG a nível das comunidades e nas escolas, a Lei 29/2019 (LUP), e acções de habilidade para vida;
 - Promovido debates no grupo multissectorial Provincial de Género de Sofala sobre a igualdade de género no contexto de mudanças climáticas e o ponto de situação de VBG a nível Provincial;
 - Realizados encontros, com mulheres de diferentes partidos (OMM, RENAMO e MDM) e organizações feministas na Cidade de Nampula. Nestes abordou-se os seguintes pontos:
 - desafios da participação política da mulher nos espaços locais de tomadas de decisão e possíveis soluções (AVTG);
 - impacto das mudanças climáticas na vida das mulheres.
 - Realizado torneio de futebol com 540 raparigas e acampamento solidária com mais de 200 participantes, a maioria do sexo feminino. O primeiro visava a prevenção das uniões prematuras (FORMUCAMU) e o segundo chamar a atenção para a resolução de casos de violência (ex. mulher com a mão amputada pelo marido) e soluções de problemas através de líderes comunitários (GMPIS);
 - 153 raparigas de Sofala treinados sobre direitos sexuais e reprodutivas (NAFES);
 - 10 mulheres vítimas de violência baseada em género atendidas no centro de transito. Outras 16 mulheres que passaram no centro participaram em sessões psicossociais sobre e conversaram sobre algumas sugestões de auto-apoio (NAFEZA).
 - Coordenada uma Fórum da Região Norte para discutir assuntos que afectam todas as províncias e desenvolver áreas ou ações colaborativas para melhor proteger e defender direitos humanos das mulheres em Nampula, Niassa, e Cabo Delgado (Ophenta)
 - 4 parceiras capacitadas na metodologia de GALs, uma ferramenta para planificação comunitária que mantém género como um foco da análise sobre como melhorar segurança alimentar, nutrição e renda.
 - 9 grupos de poupança formados sobre a metodologia de poupança e crédito rotativa;
- h) 17 jornalistas (11 mulheres) das províncias de Tete, Zambézia, Sofala, Nampula e Cabo Delgado treinados sobre como reportar e falar sobre violência baseada em género para melhorar a informação publicado no país sobre violações dos direitos humanos e especialmente direitos das mulheres;
- i) 10 conselheiros e gestores em Tambara, Manica, treinados sobre aconselhamento, rastreio, e gestão de casos de uniões prematuras através da Linha Fala Criança (LFC-116) no âmbito da parceria entre IGUAL e Girl Child Rights para melhorar seguimento de casos de abuso;
- j) 8 comités de mulheres estabelecidos em Sofala, para Gestão de Riscos e Desastre (2), Empoderamento das Mulheres (2), Advocacia e Inclusão das Mulheres nos Conselhos

Consultivos Locais (2) e Advocacia dos Serviços Sociais Básicos (2) para garantir a participação de mulheres locais nos assuntos identificados em cima como assuntos importantes;

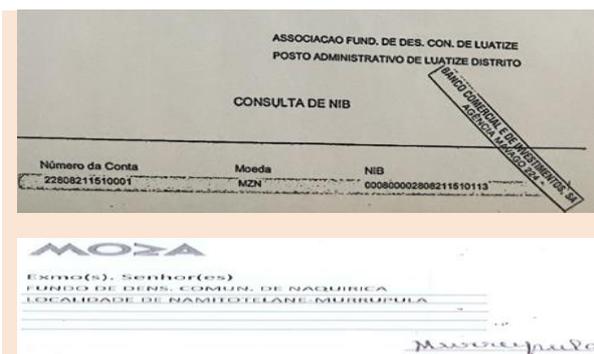
- k) Negociados novos períodos e modalidades de ritos de iniciação para não afectar o período lectivo e não promover a prática de uniões prematuras nos distritos de intervenção do ECEB;
- l) Divulgado o mecanismo multisectorial em 6 eventos distritais para garantir a protecção de menores nos distritos de intervenção do ECEB;
- m) 444 líderes e defensores locais defendem e promovem as abordagens de géneros no ensino bilingue.

3.1.2. PILAR II: RECURSOS NATURAIS

Na área de governação de recursos naturais, que tem como objectivo garantir a sustentabilidade e inclusão da exploração dos recursos naturais foram alcançados os seguintes resultados:

Em relação ao **Reforço da Accountability na Gestão de Recursos Naturais (Resultado 2.1)** os resultados são:

- a) 23 estatutos publicados no BR em Nampula (8 em Moma, 4 em Angoche e 4 em Murrupula) e Zambézia (2 em Mulevala), Cabo Delgado (4 em Montepuez e 1 em Ancuabe), finalizando assim o processo de legalização dos FC's;



- b) 37 contas bancárias abertas e activas em Niassa (4 Nipepe, 2 Mavago e 4 Marupa), Nampula (8 em Moma, 4 em Angoche e 4 em Murrupula) e Zambézia (6 em Mulevala), Cabo Delgado (4 em Montepuez e 1 em Ancuabe) totalizando 53 FC's o;
- c) Identificadas comunidades onde se possam criar novos FC's;

- d) Canalizados **19.766.273,50Mts** em 2022 nas províncias de Niassa, Nampula e Cabo Delgado provenientes de 20% das taxas de exploração florestal e faunística; 14 formações realizadas sobre gestão de negócios aos beneficiários do PPS e em gestão financeira e fiscalização para o grupo de gestão dos FCs; e canalizados mais 7.500.000,00Mts para financiar 18 iniciativas de geração de renda em 14 FCs;
- e) Melhoria das condições de vida nas pessoas que se beneficiam de iniciativas de geração de renda (FC já produzem lucros; circulação de dinheiro nas comunidades – desenvolvimento económico local);
- f) 4 OCB's formadas em preparação social que resultaram na mobilização de 13.000 membros das comunidades e massificação de FCs, das quais 42% são mulheres. Promoveu a mudança de consciência das comunidades sobre os seus direitos promove um engajamento das comunidades na exigência dos seus direitos (a realização de diálogo com o Governo para colocar as inquietações sobre o processo de reassentamento e seus benefícios, pedidos de esclarecimentos);
- g) 1 OCB formada em rastreio da despesa pública em Marrupa, com a OCB serão realizadas acções de rastreio nas comunidades de Marrangira e Nungo e governo distrital;

- h) 1 Relatório de rastreio produzido que ajudou a promover accountability e prestação de contas, canalização e gestão dos 20% em Marrupa por parte do governo Provincial, distrital e os FC's;

No âmbito do **Aumento do Engajamento de Cidadão e outras Partes Interessadas na Gestão e Exploração de Recursos Naturais (Resultado 2.2)**, no período em análise, foram alcançados os seguintes resultados ou mudanças:

- a) Influenciado o processo de Revisão da Política Nacional de Terras em Moçambique (RPNT) e sua estratégia de implementação com a incorporação de algumas recomendações do estudo Mulher e terra em Moçambique;
- b) Lançado o estudo Mulher e Terra em Moçambique como um contributo ao processo de Revisão da Política Nacional de Terras em Moçambique;
- c) Realizados 06 debates temáticos conjuntos, co-organizados pelo grupo das OSC no âmbito da RPNT e Participação em debates realizados pela Comissão de Revisão da Política Nacional de Terras;
- d) Realizada a Reunião Nacional das OSC sobre o quadro legal de terras em Moçambique no âmbito da RPNT, trata-se de uma acção conjunta de OSC que influenciam no processo de RPNT. Com resultado destas acções foi alargado o prazo de submissão de comentários e discussão do processo, foram alargadas as acções de consulta para diversos estratos sociais. Neste momento está em discussão o primeiro draft;
- e) Produzidos e lançados estudos de “Análise dos FC's como abordagem valida para promoção do Desenvolvimento Local”; “Exploração de Recursos Naturais e Violação de Direitos Humanos”; “Exploração de Recursos Naturais e risco de conflitos no Norte de Moçambique”.
- f) Iniciado um processo de advocacia com vista a institucionalização dos FC's”;
- g) Apreendidos dois exploradores ilegais de madeira em Chimbunila;
- h) Submetida uma carta ao MIREME para travar a saída da VALE antes da finalização de processo de reassentamento e outros em curso. Infelizmente a VALE saiu, mas continua uma insistência das OSC para solicitação de uma audiência com S. Excia, o Ministro do MIREME;
- i) Realizada a capacitação dos intervenientes e pontos focais sobre a plataforma OLAVULA Recursos Naturais e com a sua implementação melhorou a coordenação entre Procuradoria Distrital e Serviços Distritais das Actividades Económicas no seguimento dos casos das denúncias, no âmbito de OLAVULA-RN; As comunidades locais já fazem denúncias e fazem a partilha de informação sem precisar deslocar-se as instituições, com recurso ao OLAVULA-RN;
- j) Realizados encontros de engajamento com a Kenmare e Ayu Mining para a colaboração nas acções que concorrem para o desenvolvimento económico das comunidades;
- k) Elaborado e publicado o posicionamento do CESC em relação aos valores dos 20% das taxas de recursos naturais que beneficie as comunidades residentes nas áreas onde decorreu a exploração florestal e faunística que promoveu a responsabilização dos Serviços Provinciais do Ambiente na canalização dos 20% para as comunidades (valores canalizados para as comunidades aumentaram);

3.1.3. PILAR III: FINANÇAS PÚBLICAS

Na área de gestão de finanças públicas, que tem como objectivo contribuir para a gestão, inclusiva, transparente, responsável e efectiva das finanças públicas, os resultados ou mudanças de destaque incluem:

Em relação a **Melhoria dos Critérios de Alocação da Despesa Pública tendo em conta os Sectores Prioritários para Redução da Pobreza e Desigualdades Social e Assimetrias Regionais (Resultado 3.1)** os resultados ou mudanças de destaque incluem:

- a) O FMO+ Finalizou, maquetizou e publicou dois relatórios do Rastreo da Despesa Pública (RDP) de Cabo Delgado, sobre a gestão dos fundos de combate à COVID 19 no sector de Educação, onde foram alcançadas 300 pessoas e instituições dos distritos de implementação e na cidade de Pemba, bem como organizações membros do Movimento de Educação para Todos (MEPT); distribuídos 320 relatórios do RDP (160 de Ancuabe e 160 de Montepuez) aos diversos *stakeholders* nos dois distritos em Pemba e em Maputo; Finalizado e partilhado de 2 Relatórios de Auditoria Social de Montepuez e Ancuabe;
- b) Fortalecidas capacidades dos facilitadores da Plataforma distrital de Lago na elaboração do relatório do Rastreo de Despesa Pública, através das seguintes acções:
 - Análises dos dados, redação de relatórios e realização de encontros de contraditório, para a verificação da informação fornecida pelas escolas e Conselhos de Escola junto dos SDEJT;
- c) Realizado o primeiro encontro com o Fórum Provincial das ONG's de Cabo Delgado, onde foi discutido o draft do memorando de entendimento entre Governo e Sociedade Civil;

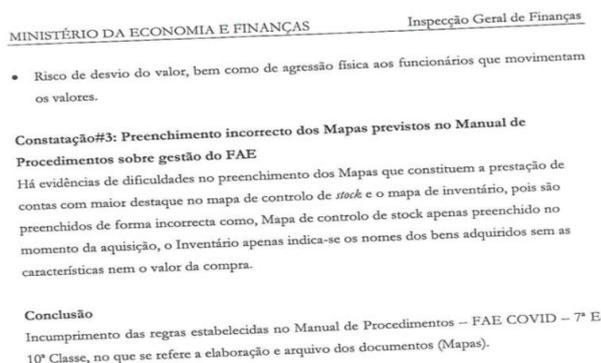
No que tange a **Melhoria dos Mecanismos de Gestão e Prestação de Contas das Finanças Públicas a todos os Níveis -Receita, Despesa, Dívidas e Investimentos (Resultado 3.2)**, no período em análise, foram alcançados os seguintes resultados ou mudanças:

- a) CESC tornou-se ponto focal do Open Budget Index (OBI) dos PALOP-TL em Moçambique e poderá apoiar OSC de outros países;
- b) Disponível Plataforma de simplificação do Orçamento do Estado (sectorial)

	Dados Abertos	Relatórios Orçamentais	Qualidade da Informação	Índice de Transparência Orçamental
1	0	71	89	68
2	0	84	78	63
3	0	75	72	58
4	0	82	56	50



- c) influenciada a Planificação Distrital, neste âmbito, 17 Assuntos foram incluídos nos PESODs de Ancuabe, Montepuez e Mandimba, as seguintes acções:
- Capacitar 110 professores e pontos focais das escolas em matéria de género.
 - Abertura de 3 maternidades em Namahaca, Nacaca e Linde.
 - Realizar feira de PESOD 2023 nos postos administrativos, com parte dos esforços do Governo Distrital em garantir o direito de participação, informar e influenciar a planificação distrital através da priorização das acções e projectos.
 - Adquirir e distribuir 1500 carteiras escolares duplas através de parceiros, que irá beneficiar 6000 alunos de ambos sexos.
 - Contratar 79 novos professores para o ensino primário, dos quais 47 do EP1 e 32 EP2, cuja prioridade de alocação é para as escolas que se encontram mais a periferia, onde há défice de professores, que vezes sem conta acabam juntando turmas de diferentes classes como parte de suprir o défice de professores.
 - Capacitar os membros de CE de 104 escolas em matéria de gestão de ADE, com vista a maior transparência na gestão de finanças públicas.
 - Capacitar 104 gestores escolares em gestão de finanças públicas, com enfoque para os fundos do ADE.
 - Adquirir DUATs para as 104 escolas primárias, com vista acabar com a invasão dos espaços das escolas pela vizinhança.
 - Realizar acções de prevenção e combate a todas as formas de violência baseada no género na escola.
- d) O CESC continua a Influenciar acções de fiscalização com base em evidências, neste âmbito foi criada equipa multisectorial constituída pela Inspeção Geral de Educação e de Finanças, Tribunal Administrativo e a Inspeção Provincial de Educação de Cabo Delgado para monitoria das constatações do Rastreo.



- e) O FMO continua a influenciar mudanças de práticas de Gestão nas escolas, neste âmbito, foram alcançados os seguintes resultados
- Coordenadores das ZIPs realizaram sessões de réplica da formação aos diretores sobre gestão de ADE e realizam visitas de supervisão (relatórios e actas disponíveis);
 - Os Chefes dos Postos Administrativos de Lunho, Maniamba e Meluluca, fazem o acompanhamento da gestão dos fundos que as escolas recebem e gerem. A título de exemplo, o Chefe do Posto Administrativo de Lunho, fez a monitoria e acompanhamento da gestão destes fundos e, constatou que na EP1 N'gongo a Escola recebeu fundos, mas o director e o Presidente desviaram cerca de 17.900,00Mts dos 26.300,00Mts;

- Conselhos de Escola com planos de trabalho e prioridades definidas conjuntamente, entre a direcção da escola e a comunidade sobre gestão de fundos, uniões prematuras (recuperou aluna de um caso de União).
- f) Desenhado o projecto piloto que visa contribuir para o reforço da cidadania fiscal, em 3 municípios, nomeadamente, Nacala, Pemba e Quelimane, partindo do princípio que, se os cidadãos estiverem devidamente informados e conscientes dos seus direitos e obrigações fiscais, o município for transparente na comunicação das receitas locais e prestar contas regularmente da sua utilização, os cidadãos estarão mais receptivos ao cumprimento das suas obrigações fiscais, contribuindo assim para uma maior autonomia financeira municipal. O projecto será implementado por rádios comunitárias de três municípios, nomeadamente, Rádio Watana no município de Nacala; Rádio Sem Fronteiras, no município de Pemba e Rádio Chuabo no município de Quelimane.

3.1.4. PROGRAMAS ESPECIAIS – Áreas transversais

IGUAL

A área dos Direitos Humanos e Democracia tem como objectivo garantir que todas as pessoas em Moçambique, particularmente as mulheres, jovens, grupos marginalizados e defensores dos direitos humanos, possam usufruir dos seus direitos humanos, incluindo a participação, oportunidades e acesso a serviços.

Em relação à **Defensores dos direitos humanos, minorias sexuais e mulheres e crianças em zonas de conflito têm acesso a mecanismos de defesa e protecção dos direitos humanos (Resultado 1)**, os resultados são estes:

- a) Travada a aprovação da Lei das Organizações sem fins lucrativos, que iria impedir o funcionamento das organizações sem fins lucrativos que viola as liberdades de Associação e liberdades fundamentais dos cidadãos;
- b) No âmbito da Lei sobre o Terrorismo e Branqueamento de Capitais (lei 5/2018): Influenciada a mudança de dois artigos que minavam o exercício do jornalismo e silenciava fontes de informação, impedindo o exercício das liberdades de imprensa;
- c) Grupos Multisectoriais (IPAJ, Procuradoria distrital, Acção social e Polícia) em Cabo Delgado, Manica e Sofala Engajados no treinamento das Associações e activistas que trabalham na prevenção e resolução de casos de violência Baseada no Género;
- d) Treinados 10 conselheiros para atender a Linha Fala Criança para aumentar capacidade e melhorar qualidade de seguimento de casos de violações de direitos humanos denunciados no centro do país;
- e) Treinados jornalistas e estudantes de jornalismo e assuntos de direitos humanos com a visão de melhor consciência sobre direitos humanos e violações dos direitos humanos através de melhorias na informação e comunicação sobre o assunto
- f) Premio de Defensor dos Direitos Humanos atribuído durante a Conferencia de Direitos Humanos que visou reflexão sobre o estado de direitos humanos em Moçambique em 2022 e reconhecimento do trabalho dos defensores dos direitos humanos

Em relação à **Maior participação e representação cidadã com enfoque nas prioridades das mulheres e jovens nos espaços e processos de governação e políticas (Resultado 2)** os resultados são estes:

- a) Homens que participam nos comités de género em Montepuez que dizem partilhar tarefas de casa com suas mulheres (por exemplo, trazer água à casa);
- b) Jovens do Observatório Juvenil de Mocuba que agora têm um entendimento melhor, sobre como engajar com o governo aprenderam sobre como podem usar observatório e outros espaços para apresentar directamente seus problemas a quem os deve resolver;
- c) No âmbito do financiamento das Eleições: Realizado seminário Internacional com os órgãos electivos ao nível dos países da SADC para adopção de mecanismos sustentáveis de financiamento eleitoral ao nível da Região;
- d) Autoridades Municipais em Mocuba passaram a estar abertas a receber queixas dos cidadãos em relação as suas demandas na prestação de serviços Públicos.

ALIADAS - VWL

O Programa Global de Voz e Liderança da Mulher (WVL-ALIADAS) tem como objectivo apoiar a capacidade e actividades das organizações e movimentos de mulheres locais e regionais que procuram dar poder às mulheres e raparigas, promover a protecção dos direitos das mulheres e raparigas e alcançar a igualdade de género.

Em relação à **Melhoria da gestão e sustentabilidade das organizações locais de direitos da mulher (Resultado 1)**, os resultados ou mudanças alcançadas são:

- a) 11 parceiras treinados em *fundraising* para ajudar elas a continuar a ter/aumentar acesso a financiamento;
- b) 18 parceiras treinados em boas práticas de recursos humanos – especificamente na elaboração de contratos de trabalho;
- c) 3 parceiras finalizaram planos estratégicos feministas para orientar suas organizações durante os próximos 5-10 anos. Para duas delas, é o primeiro plano estratégico para a organização.

No que se refere à **Melhor desempenho da programação e defesa dos direitos da mulher das organizações para fazer avançar a igualdade de género e empoderar as mulheres e raparigas (Resultado 2)**, os resultados ou mudanças alcançadas são:

- a) 4 parceiros desenvolveram novos quadros lógicos e ferramentas de monitoria durante um processo de mentoria de gestão baseada em resultados que durou seis meses. Estas parceiras manifestaram interesse em melhorar estas capacidades.
- b) Implementação de abordagens novas para engajar com mulheres de base:
 - Criados grupos de policiamento feminista em Sofala para proteger direitos humanos das mulheres em comunidades tem presença forte de instituições;
 - Aulas de alfabetização para que mulheres conseguem entender melhor comunicações sobre direitos humanos e outros assuntos;
 - Elaboração de “Community Score Card” que regista as necessidades das mulheres para melhorar esforços de advocacia com Assembleias Municipais.
 - Elaborado um plano de advocacia para organizações que lutam para direitos das mulheres com deficiência para consolidar esforços na protecção das mulheres mais vulneráveis

No que tange ao **Aumento da eficácia das plataformas, redes e alianças nacionais e subnacionais de direitos da mulher para afectar as mudanças políticas, legais e sociais nos países beneficiários, (Resultado 3)**, no período em análise, foram alcançados os seguintes resultados ou mudanças:

- a) Realização de um Fórum Regional Feminista do Norte para discutir que deve ser a agenda comum das organizações feministas em Cabo Delgado, Niassa, e Nampula para melhor proteger e defender os direitos humanos das mulheres;
- b) 4 *Bootcamps* presenciais e regionais que conseguiu criar espaços mais participativas para fortalecer ligações entre organizações feministas de todas as províncias
- c) Movimento EU+ apoiado a continuar seu engajamento e disseminação da Lei contra Uniões Prematuras;
- d) Produzido um estudo sobre o estado da mulher moçambicana para melhorar informação sobre violações dos direitos humanos das mulheres;
- e) Apoiado o 14o congresso “Mundo de Mulheres” que serviu como um espaço feminista e inclusiva onde mulheres de base, mulheres internacionais, e mulheres urbanos sentaram, dançaram, e refletiram juntos.

3.1.5. PILAR IV: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Na área de desenvolvimento institucional, para acompanhar o crescimento do CESC, o foco do CESC foi concentrado nas seguintes acções:

Em relação à **Relevância e Sustentabilidade dos Produtos do CESC (Resultado 4.1)**, os resultados ou mudanças alcançadas são:

- a) Contrato assinado de 30 meses com a Global Integrity e início do projecto Kuyenda Collective na província de Niassa e Zambézia para área de Educação, no valor de USD 284.830,00;
- b) Memorando assinado de 24 meses com o ROSC para criar um Observatório dos Direitos da Criança, no valor de EUR 72.816,67;
- c) Contracto assinado de 5 anos com a USAID e início do programa Advancing Girls Education (AGE) na província de Nampula e Zambézia para a área de Educação, no valor de USD 10.665.738;
- d) Contracto assinado de 12 meses com a Southern Africa Trust na área de Recursos Naturais e Gestão de Finanças Públicas, no valor de USD 25.000;
- e) Aprovado um projecto de 4 anos (contracto ainda não assinado) liderado pelo PSI na área de gestão municipal, no valor de USD 700.000;
- f) Selecionados 12 parceiros de nível nacional e do Vale do Zambeze para fazerem parte do Programa Igual;



Partilhados conteúdos de *visibilidade do CESC* e das suas iniciativas, através de aparições na *mídia* e momentos de destaque (TV, rádio, jornal e mídia digital). Ao longo deste ano foram várias as presenças do CESC em programas televisivos e radiofónicos para abordar temas ligados a: educação, recursos naturais, direitos humanos, entre outros. Até onde conseguimos apurar, foram mais de quarenta as aparições e menções



ao CESC em meios de comunicação ao longo de 2022.



- g) Ampliada a visibilidade do CESC nas redes sociais: a nível do *Mailchimp*, foram publicadas 54 edições;
- h) A página de Facebook do CESC alcançou cerca de 61.000 pessoas. Registámos 5.653 em 2022; No LinkedIn contamos com 720 seguidores e tivemos 1.245 Visualizações da página em 2022. Já o Twitter conta, actualmente, com 4.696 seguidores;
- i) Produzidas e publicados comunicados diversos nos principais jornais nacionais ao longo do ano;
- j) Organizados *stands* do CESC em eventos diversos, tais como, conferência do IESE, TEDxWomen, Feira dos direitos das Crianças e outros.

No que tange ao **Reforço aos processos de governação, Gestão e implementação dos programas (Resultado 4.2)**, no período em análise, foram alcançados os seguintes resultados ou mudanças:

- a) Revistas as prioridades de Desenvolvimento Institucional para 2022. Sua implementação iniciou no segundo trimestre;
- b) Desenvolvidos os fluxos de planificação, monitoria e relatório (dashboards) com vista integração do processo de planificação e relatórios no PHC;
- c) Melhorada a gestão, controle e uso dos procedimentos internos e normativos através da aprovação dos seguintes documentos pelo Conselho de Direcção: Manual de Gestão de Riscos; Código de Conduta, Ética e Integridade e seus anexos; Política de Protecção ao Denunciante e Termos de Referência do Comité de Ética; regulamento de aquisições;
- d) Concluídas 6 auditorias externas (Auditoria Geral; Programas ALIADS, IGUAL e ECEB e Projectos ATGE e PESTALOZZI) com opinião limpa das 6 realizadas;
- e) De um total de 17 programas e projectos foram estabelecidos em 9 sistemas de MEL, são estes: ECT3, PESTALOZZI, Kuyenda, Nosso Futuro Brilhante, ECEB, AGE, ALIADAS, IGUAL, e Minha Voz Conta;
- f) Realizada uma visita de monitoria e auditoria interna ao programa ECEB;
- g) Fortalecida a aprendizagem entre as equipas através de:
 - Apoio na organização e participação no encontro de aprendizagem semestral e anual;
 - Redefinição de metas dos indicadores projectados no baseline tendo em conta o peso das comunidades (escolas) e Distrito;
 - Elaboração e apresentação do instrumento de apoio a equipe do campo que explica a ligação entre indicador e as actividades que o alimenta.
- h) Foi criado um grupo de comunicação interna (neste período inicial o grupo definiu os termos de referência, elaborou um inquérito à equipa e partilhados resultados e elaborou um plano para o ano de 2023);
- i) Mapeado ciclo dos processos administrativos e financeiros (recursos humanos/*procurement*/contratos);

- j) Concluídos e operacionalizado os seguintes processos: (i) processamento de folha de salários de colaboradores e consultores; (ii) declaração de rendimentos dos colaboradores (Modelo 11) processados a partir do Software (PHC);
- k) Estabelecido um sistema de gestão administrativa/RH, *procurement*, programática e financeira que vai permitir um melhor controle e sistematização, planificação, operacionalização, reporte de toda instituição;
- l) Criados fluxogramas de *check lists* de procedimentos administrativos para maior compreensão e celeridade na gestão de processos e controlo interno (*Procurement/Contratos/Viagem/Recursos Humanos*);
- m) Iniciado um processo de estabelecimento de uma Estratégia de Gestão de Mudança com o apoio da Eurosis no âmbito do *Local Empowerment to Advance Development* (LEAD) financiado pela USAID;

Em relação ao **Reforço da Estrutura e Aumento da Competência do CESC nas Área Chave (Resultado 4.3)**, no período em análise, foram alcançados os seguintes resultados ou mudanças:

- a) Até ao final do mês de Dezembro o CESC contava com um efectivo de **87** (Oitenta e sete) colaboradores. Destes 45 (Quarenta e cinco) são do sexo feminino e 42 (Quarenta e dois) do sexo masculino;
- b) Realizadas 31 (Trinta e uma) novas contratações e desvinculadas 30 (Trinta) colaboradores, destes 15 (Quinze) por denúncia de contrato, 4 (Quatro) por fraco desempenho na avaliação anual e período probatório, 5 (Cinco) por processo disciplinar que culminou por despedimento, 4 (Quatro) pelo fim do projecto, 1 (Um) por acordo revogatório e 1 (Um) por motivos de falecimento.
- c) O CESC iniciou o ano de 2022 com um orçamento de **510,212,914.24MT** (Quinhentos e dez milhões, duzentos e doze mil, novecentos e catorze meticais e vinte e quatro centavos). Todavia, ao longo do ano o CESC conseguiu firmar novos contratos que permitiram a actualização do orçamento para **635,439,718.56MT** (Seiscentos e trinta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, setecentos e dezoito meticais e cinquenta e seis centavos). Este acréscimo no montante de **125,226,804.32MT** (Cento e vinte e cinco milhões, duzentos e vinte e seis mil, oitocentos e quatro meticais e trinta e dois centavos) equivalente a **25%** em relação ao orçamento inicial, resulta da assinatura de 3 (Três) novos contratos, com o ROSC, USAID e SAT, para áreas: Direitos das Crianças, Educação e Recursos Naturais respectivamente, bem como reajuste do orçamento dos projectos afectados pela variação cambial;
- d) Até final do ano para implementação das suas actividades o CESC recebeu recursos financeiros no valor de **426,997,808.56MT** (Quatrocentos e vinte e seis milhões, novecentos e noventa e sete mil, oitocentos e oito meticais e cinquenta e seis centavos), que corresponde a **67%** em relação ao orçamento actualizado, conforme referido no parágrafo anterior. As despesas executadas rondam em **536,963,135.94MT** (Quinhentos e trinta e seis milhões, novecentos e sessenta e três mil, cento e trinta e cinco meticais e noventa e quatro centavos), correspondente a um nível de execução orçamental anual de **(85%)**. A tabela abaixo detalha o orçamento, despesas realizadas bem como o saldo por pilares.

Tabela 2. Orçamento, despesas e saldo por pilares

#	PILARES	ORÇAMENTO	DESPESAS REALIZADAS	SALDO	%
1	Capital Humano	490,292,147.32	403,108,662.65	87,183,484.68	82%
2	Recursos Naturais	40,696,535.58	40,060,276.40	636,259.18	98%
3	Finanças Públicas	10,747,150.44	9,495,070.60	1,252,079.84	88%
4	Desenvolvimento Institucional	93,703,885.22	84,299,126.29	9,404,758.93	90%
	TOTAL	635,439,718.56	536,963,135.94	98,476,582.62	85%

3.2. Principais / Grandes realizações por áreas/pilar

O CESC apresenta as grandes realizações previstas por área/pilar referentes ao ano de 2022, bem como as acções não realizadas.

3.2.1. Previstas

Na Área de Educação

Relativamente à área de Educação, no período em análise foram realizadas várias actividades, das quais as principais foram:

- a) Realização de 710 Diálogos Comunitários em 6 distritos da Província da Zambézia (30 sessões com mais de 500 líderes locais envolvidos) e 2 distritos na província de Nampula (428 sessões para discussão das barreiras de acesso a educação, no âmbito do projecto ECT3);
- b) Realização de 10 sessões de diálogo com o governo para informar a planificação distrital em Muecate envolvendo 494 pessoas (151 mulheres);
- c) Intensificação das actividades de mobilização comunitária sobre as vantagens e importância do EB, nos distritos de expansão do projecto, envolvendo vários intervenientes locais (Líderes Comunitários, Religiosos, Pessoas Influentes, CEs, Pais e Mães, Professores e Gestores das escolas, alunos e alunas, entre outros) – 23.406 (10,718 M) mobilizadas;
- d) Realização e divulgação de debates radiofónicos sobre papel dos líderes comunitários e religiosos em relação às Uniões Prematuras, VBG e desistências escolares (234 transmissões de Rádios divulgadas);
- e) Realização de 20 encontros semestrais de reflexão e aprendizagem realizados (13 nos PAs, 6 nos Distritos e 1 Provincial);
- f) Divulgação da plataforma OLAVULA em 301 comunidades de intervenção (incluindo o treinamento/capacitação para o uso da plataforma); consciencializados 900 Pontos Focais (Gestores e Membros dos CEs), dos quais 244 Mulheres sobre a gestão das mensagens divulgadas na plataforma OLAVULA;
- g) Acompanhamento e apoio no funcionamento das Bibliotecas Comunitárias alocadas às comunidades de intervenção do projecto;
- h) Implementação de 80 sessões de engajamento, elaboração de 80 PACOs e monitoria dos PACOS;
- i) Sensibilização das comunidades sobre direitos e deveres e importância da educação e Olavula: 29.633 pessoas sensibilizadas (13.302 M);

- j) Capacitação de 160 CEs capacitados na província de Nampula, onde participaram 2.932 membros (1.004M); capacitação de 795 CEs em 6 distritos na província da Zambézia. As capacitações incidiam sobre papel e responsabilidade, apoio às crianças em TPC e abordagens sobre VBG;
- k) Capacitação dos professores (uso de material local, denúncias, etc);
- l) Mobilização de pais e encarregados de educação sobre a importância da educação;
- m) Levantamento mensal da assiduidade;
- n) Realização de 20 sessões de estudos normativos;
- o) Capacitação de professores na melhoria dos seus planos de aulas;
- p) Capacitação de Pontos Focais de protecção da criança para divulgação de mecanismo de combate a abusos e violência nas escolas;
- q) Capacitação de 320 mães/pais conselheiros (160 mulheres);
- r) Capacitação de 328 bibliotecários (129 mulheres) de 182 comunidades;
- s) Realização de 234 programas de rádio para promoção das abordagens do Ensino Bilingue em 6 distritos;
- t) Distribuição de material de Olavula nas comunidades de 160 escolas;
- u) Realização do exercício de rastreio da despesa pública em 30 escolas do projecto ECT3; Realização de trocas de experiência sobre o Rastreio da Despesa Pública envolvendo dois projectos do CESC (ECT3 e Sou Cidadão);
- v) Realização de 30 trocas de experiência entre Conselhos de Escolas;
- w) Promovidas acções de advocacia para influenciar a qualidade de educação em duas províncias (SAGEPT) e para discutir a assiduidade dos professores (ECT3), funcionamento das redes de Conselho de escolas (ECT3 e ECEB) e lanche escolar (ECT3).

Na área de Saúde e Wash

Relativamente à área de Saúde e Wash, no período em análise destacaram-se as seguintes actividades:

- a) Promoção dos Diálogos Comunitários nas 30 localidades de implementação do projecto;
- b) Implementação do CPC e elaboração de 30 PACOs no sector de Saúde;
- c) Encontro de Lobby no sector de WASH com o Director da DPOH e DPS na Província de Tete
- d) Partilha das constatações da visita de monitoria as US com os Administradores dos distritos de Moatize, Changara e a DPS;
- e) Entrega do despacho da procuradoria ao Administrador do distrito de Moatize para o seguimento do caso de violência sexual;
- f) Monitoria dos encontros do CCGH e o seguimento dos PACOs das 30 US;
- g) Participação nos encontros dos CCL e no CCD;
- h) Refrescamento de 44 promotores de Diálogos dos Parceiros ADS e Ananjira;
- i) Realização de 1 estudos sobre a disponibilidade de fármacos no sector de Saúde;
- j) Realizado 2 inquéritos (sobre a violência obstétrica e a auditoria social);
- k) Participação dos promotores dos Diálogos na campanha de mobilização e vacinação contra a poliomielite;
- l) Participação na elaboração do documento de posicionamento da Sociedade Civil para entregar ao CEP no ODP de Tete.

Na área de Gestão de Recursos Naturais

Para o alcance dos resultados da área acima referidas foram realizadas as seguintes actividades:

- a) Submissão de 23 processos a Imprensa Nacional e 31 aos bancos para abertura de contas para Publicação dos estatutos no BR e abertura de contas respetivamente;
- b) Encontros entre os grupos de OSC no âmbito da influência política (RPNT e Circular 1/MPD/2013);
- c) 12 Visitas de acompanhamento e assistência aos FC's;
- d) 2 Conferências de Imprensa no âmbito da RPNT;
- e) 1 Conferência Nacional da Sociedade Civil sobre o Quadro Legal de Terras em Moçambique;
- f) Realização de Estudos;
- g) 4 OCB's formadas em matérias de preparação social e massificação de FC's;
- h) Formação sobre rastreio e 2 relatórios produzidos;
- i) Lançamento da iniciativa de financiamento de FC's;
- j) Encontros comunitários de identificação de iniciativas de geração de renda;
- k) Entrega oficial de cheques gigantes e desembolso de fundos;
- l) Lançamento da Plataforma OLAVULA-Recursos Naturais em Niassa;
- m) Formação de intervenientes do OLAVULA-Recursos Naturais;
- n) Divulgação e Mobilização das comunidades para uso do OLAVULA-RN;
- o) Registo de histórias de sucesso;
- p) Encontros de Lobby.

Na área de Finanças Públicas

Relativamente à área de Finanças Públicas, no período em análise foram destacadas como principais realizações as seguintes:

- a) Elaboração de Caderno de Histórias de Mudanças do FMO MAIS;
- b) Finalização e partilha de resultados dos Relatórios de Rastreio da Despesa Pública (RDP) dos fundos do FAE-COVID19 1ª fase; Auditoria Social em Cabo Delgado e os Rastreios de Niassa;
- c) Elaborar orçamentos cidadão 2022;
- d) Seguimento das Constatações e denúncias dos RDP do FAE-COVID pelo Governo;
- e) Estabelecimento de memorandos com Assembleia e Procuradoria Provincial;
- f) Análise da influência e inclusão dos assuntos nos Planos Distritais;
- g) Visitas de monitoria conjunta entre o CESC, Direcção Provincial de Educação, Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia, incluindo as Secretarias distritais de Mandimba e Lago;
- h) Participação do processo de capacitação das organizações da Sociedade Civil no uso da plataforma e-budget;
- i) Capacitação de técnicos das DPEDH de Inhambane e Sofala, Técnicos dos SDEJT de Vilanculos e membros das Organizações da Sociedade Civil (Rádio comunitária e Fórum distrital) em técnicas de monitoria e acompanhamento da gestão dos fundos de ADE nas escolas, como também sobre a organização e funcionamento dos Conselhos de Escola;
- j) Mobilizadas as comunidades para participar em 10 sessões de auscultação comunitária para a planificação distrital.

Na área dos Direitos das Mulheres e Direitos, Democracia e Governação

Relativamente à área dos direitos das mulheres, no período em análise foram constatadas várias realizações, das quais as principais foram:

- a) Abrangência do programa Aliadas – um total de 22 organizações, grupos e redes (das quais 17 Fundos Plurianuais e 5 Fundos de Resposta Rápida), receberam recursos;
 - b) Facilitação do Evento de Aprendizagem – Workshop Regional Anglófono e Lusófono para 11 países do WVL, parceiras do Aliadas e outras organizações de mulheres, contou com 170 participantes;
 - c) Realização da oficina de ToC nacional, presencial, com 35 mulheres de 26 organizações e oficinas regionais em Beira, Maputo, Quelimane, e Cidade de Nampula
 - d) Realização de 2 *bootcamps* virtuais sobre redes, movimentos, e plataformas de mulheres e organizações de mulheres feministas em Moçambique;
 - e) Formação em Fundraising (mobilização de recursos), onde participaram 11 parceiras;
 - f) 3 parceiras apoiadas a elaborar planos estratégicos pela primeira vez;
 - g) 18 parceiras treinados em assuntos de recursos humanos – especificamente na elaboração de contractos;
 - h) 4 parceiras treinados em gestão baseada em resultados;
 - i) Criado um grupo de referência na metodologia de Drama Terapia para apoiar às necessidades das mulheres e raparigas em Cabo Delgado;
 - j) Lançamento do estudo sobre o passado, presente, e futuro das mulheres, nas vozes das mulheres, em Cabo Delgado;
 - k) Campanha de direitos humanos – postos sobre quais são seus direitos humanos e partilhando informação sobre defensores dos direitos humanos;
 - l) Realização de uma formação no âmbito da parceria IGUAL e MISA com jovens finalistas do curso de jornalismo investigativo baseado em direitos humanos e fact checking;
 - m) Realização do evento anual de aprendizagem com 16 parceiros do programa IGUAL;
 - n) Divulgação da Lei contra uniões prematuras pela Girl Child Rights e ROSC-Manica;
 - o) Realização de 2 Campanhas de comunicação e visibilidade. A primeira, envolvendo MISA e SEKELEKANE (consórcio), CDD e Observatório das mulheres, incluiu mensagens sobre Direitos Humanos no geral e trabalho de defensores dos direitos humanos internacionais e nacionais. Este trabalho envolveu dentre vários as seguintes ações:
 - reformulação dos artigos problemáticos da Lei “Anti-Terrorismo” em Moçambique-MISA;
 - criação da rede moçambicana dos defensores dos direitos humanos, mapeamento das OSC em Sofala e Manica e estabelecer o núcleo provincial de defensores dos DH-CDD;
- Já a segunda focalizou nos direitos humanos das mulheres no âmbito do mês da mulher.
- p) Finalização do estudo de base e da análise de economia política do programa IGUAL;
 - q) Auscultação das comunidades LGBT+ e jovens na Zambézia e Cabo Delgado no âmbito do empreendedorismo- Associações LAMBDA e Ukhavihera;
 - r) Promoção de actividades do provedor de Justiça em Sofala e Cabo Delgado com apoio de AMPDC e Muleide;
 - s) Realização de mesa-redonda subordinada ao tema Descentralização Financeira para o Órgão de Governação Descentralizada Provincial (OGDP)
 - t) Realização sobre Conferencia de Financiamento Alternativa para Eleições na SADC
 - u) Realização da Conferencia com Líderes Tradicionais para formar uma coalização para combater uniões prematuras

- v) Travada a aprovação da Lei das Organizações sem fins lucrativos, que iria impedir o funcionamento das organizações sem fins lucrativos que viola as liberdades de Associação e liberdades fundamentais dos cidadãos;
- w) Realização da Conferência de Direitos Humanos e o “Human Rights Award” em reconhecimento do trabalho dos defensores dos direitos humanos

Na área de Desenvolvimento Institucional

Relativamente à área de Desenvolvimento Institucional no período em análise foram destacadas como principais realizações as seguintes:

- a) Encontros exploratórios com 2 (dois) doadores, 9 (nove) organizações e empresas e 1 (uma) instituição académica, que implementam programas de desenvolvimento, para explorar potenciais parcerias;
- b) Submetida uma proposta liderada pelo CESC na área de Recursos Naturais e Gestão de Finanças Públicas ao Southern Africa Trust (aprovada e contrato assinado);
- c) Submetida uma proposta liderada pelo CESC na área de Recursos Naturais à União Europeia que passou de fase de conceito para proposta completa;
- d) O CESC analisou as propostas submetidas por potenciais parceiros ao Programa IGUAL, e neste âmbito foram selecionados 8 parceiros de âmbito central e 4 da região centro;
- e) Lançado um concurso dirigido à Cabo Delgado com vista a seleccionar 4 Organizações da Sociedade civil;
- f) Realizados vários encontros com a Teknisa, Infopel e Eurosis no âmbito do fortalecimento institucional, os resultados foram estes:
 - Estabelecimento de um sistema (MS 365/Sharepoint) para melhorar a eficiência e eficácia na comunicação, partilha e consolidação de documentos em equipa e arquivo documental;
 - Migração para a implementação do PHC como sistema de gestão administrativa/RH, procurement, programática e financeira que vai permitir um melhor controle e sistematização de planificação, operacionalização, *reporting* de toda a instituição;
- g) Realizados vários encontros e formações com a equipa do PHC e equipa de procurement, contratos e Recursos humanos;
- h) Realizadas visitas de trabalho no âmbito do MEL aos distritos de Lugela, Mocuba e Alto Molocué na Zambézia;
- i) Aprovados pelo Conselho de Direcção, os seguintes documentos: Manual de Gestão de Riscos; Código de Conduta, Ética e Integridade e seus anexos; Política de Protecção ao Denunciante; Declaração de conflito de Interesse; Termos de Referência do Comité de Ética; Criado o Comité de Ética; e regulamento de aquisições;
- j) Concluídas 6 auditorias externas (Auditoria Geral; Programas ALIADS, IGUAL e ECEB e projectos ATGE e PESTALOZZI) com opinião limpa das 6 realizadas;

Tabela 3: Orçamento por Projecto/Programa e Doador (Peso)

#	Doador	Projecto/Programa	Orçamento Anual do projecto/programa	Peso
1	UNIAO EUROPEIA	Sou Cidadao	52,613,789.92	8%
2	NWETI	FMO+	10,747,150.44	2%
3	CANADA	ALIADAS	91,313,759.84	14%
4	VISAO MUNDIAL	ECT III	42,076,730.88	7%

5	PESTALOZZI	EPMaputo	7,789,518.16	1%
6	SDC	Plano Estrategico	46,101,894.93	7%
7	USAID	ECEB	68,263,810.98	11%
8	CHEMONICS DFID	POTENCIAL	8,707,763.45	1%
9	COUNTERPART	Nosso Futuro Brilhante	20,732,515.44	3%
10	AAAJC	Roteiro da S. Civil In. E. Social das Com. Locais	650,136.91	0.1%
11	GIZ	ATGE	8,596,142.69	1%
12	EKN	IGUAL	115,068,995.88	18%
13	DAI	LOGOS	8,014,123.05	1%
14	EOL	Advancing the Learning Crisis	3,664,331.88	0.6%
15	ROSC	A minha Voz Conta	2,862,400.00	0.5%
16	USAID	AGE	147,110,408.80	23%
17	SOUTHERN AFRICAN TRUST	Nosso Recursos/Nossa Decisão	1,126,245.31	0.2%
	TOTAL (MT)		560,245,771.31	100%

3.2.2. Previstas e não realizadas

Na área de Educação - AGE

- a) Elaborar contratos com Consórcio (em curso).
- b) Identificar e decidir sobre as 781 escolas nos 6 distritos de cada Província (Nampula e Zambézia);
- c) Induzir a equipa de campo.

Na área de Direitos Humanos, Direitos das Mulheres, Democracia e Governação

- a) Estudos planificados para o segundo trimestre do corrente ano não foram iniciados ou finalizados para o alcance do resultado “Conhecimento produzido e partilhado sobre abordagens eficazes para influenciar políticas e práticas nas áreas de direitos humanos, democracia e governação”. Os referidos estudos são estes:
 - Mapeamento de parceiros académicos (actividade cancelada em 2022);
 - Barómetro do Espaço cívico (atrasado, mas já tem contracto com IESE para a realização do estudo em 2023);
 - Estudo de descentralização das Finanças Públicas (replanificado para 2023);
- b) No que diz respeito a “melhor desempenho da programação e defesa dos direitos da mulher das organizações para fazer avançar a igualdade de género e empoderar as mulheres e raparigas” algumas actividades previstas e envolvendo consultores não foram realizadas e ou finalizadas devido a demora na canalização de fundos do Canadá para ALIADAS, etc. As actividades são:
 - Treinamento em monitoria de contexto
 - Treinamento em auto-apoio
 - Treinamento em comunicação estratégica
 - Treinamento (refresh) em TIC's e advocacia digital
 - Contratação de 2 parceiras novas (Organizações dos Fundos Plurianuais -MYF) em Cabo Delgado e 8 parceiras novos de FRF
 - Mentoria para reforçar abordagem feminista das parceiras em Tete e Zambézia
 - Documentário da metodologia GALS das perspectivas das parceiras de ALIADAS

- Documentação das metodologias de ALIADAS.

Na Área de Recursos Naturais

- Influência do processo de revisão da Circular nr. 01/MPD-MF/2013 que orienta o processo de implementação dos 2.75%, taxa resultante da partilha de benefícios no âmbito da exploração mineira.
- Na área de Finanças Públicas**
 - Ainda em curso acções de preparação dos TdR e identificação dos intervenientes da Gestão de Finanças Públicas para integrarem a Rede de Advocacia em Social Accountability;

3.2.3. Não previstas

Na área de direitos humanos, direitos da mulher, e democracia

- Colaboração com a viagem do “Rainbow Dress” para aumentar consciência sobre discriminação contra população LGBT;
- Parceira com Provedor de Justiça para sua apresentação nas províncias de Cabo Delgado e Sofala;
- Advocacia contra a Lei de Organizações Sem Fins Lucrativos.

3.3. Uma análise em relação desempenho dos produtos, indicadores e metas

O CESC efectuou abaixo uma análise em relação ao desempenho dos principais produtos esperados e alcance dos indicadores e metas previstas para o ano de 2022. Esta análise tentou responder a duas questões-chaves, são estas:

- As prioridades definidas e as respectivas acções contribuirão para o alcance de que resultado específico?
- Quais resultados não satisfatórios e que precisam ser melhorados no trimestre subsequente?

3.3.1. Aos produtos esperados

A tabela abaixo apresenta uma lista de contribuição em relação às grandes prioridades do CESC traçadas para o ano 2022.

Prioridade de 2022	Contribuições
Educação	
Promover a inspeção e supervisão escolar (com foco na assiduidade e qualidade pedagógica)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reciclagem de Promotores de Cidadão em Diálogos Comunitários; ✓ Reciclagem de promotores de Cidadania em CPC e condução das etapas de CPC nos Distritos de implementação do Projecto (Mandimba e Lago); ✓ Realizada visitas de monitoria conjunta (SDEJT, Associação Progresso e CESC); ✓ Apoio técnico aos Conselhos de Escola na planificação de suas actividades. Pretendia com isso, influencia – los para a integração das barreiras de educação; ✓ Massificação da divulgação da plataforma OLAVULA e seguimento das mensagens enviadas pelos beneficiários

Prioridade de 2022	Contribuições
Segurança na escola (pilotar o mecanismo multisectorial de prevenção e combate a violência na escola)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Divulgada a legislação sobre a proteção e salvaguarda dos direitos da criança.
Garantir acesso à educação básica no contexto da nova lei do SNE (influenciar a estratégia; monitoria da estratégia de implementação – enfoque na eficiência e eficácia da expansão)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Divulgada massivamente a Lei do SNE; ✓ Preparados CEs no sentido de mobilizarem os pais e encarregados de educação de modo a levarem os seus filhos na Escola, por que o número de Alunos, é o primeiro requisito para a introdução do ensino secundário. Daí que só é possível ter ensino secundário se o número dos alunos for superior a 1.500 alunos. <p>Resultados não satisfatórios</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Fraca participação feminina devido ao período de colheita agrícola;
Saúde e WASH	
Influenciar o acesso a WASH	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Divulgada a aprovação do decreto Ministerial sobre o acesso à saúde sem restrições com base na indumentária; ✓ Divulgada a Lei 19/2019-LUP e linha 116 Fala criança nacional; ✓ Participação nos encontros de planificação (Sessões dos Conselhos consultivos de nível da Localidade, Posto Administrativo e Distrito), para informar e influenciar a planificação distrital;
Influenciar o PESOD 2022	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Participação no Conselho Coordenador da Direcção Provincial de Saúde; ✓ Participação nos Observatórios provinciais de desenvolvimento.
Promover o acesso à saúde sem discriminação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizado 4 encontros de divulgação dos resultados do CPC com vista a advogar para a necessidade de reabilitação e abertura de novos furos de água nas Escolas e Unidades Sanitárias
Divulgar os relatórios dos estudos e de CPC	
Direitos da Mulher	

Prioridade de 2022	Contribuições
Criar/promover espaços inclusivos para a participação das mulheres ³	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Mundo de Mulheres 14o Congresso ✓ Acampamento de GMPIS ✓ <i>Bootcamps</i>, oficinas ToC nacionais e regionais
Estimular um debate lei de terras que considere os novos modelos de desenvolvimento (megas projectos) e Conflitos e Desastres Naturais ⁴ ;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Iniciada com FOMMUR, um projecto de <i>capacity building</i> que prevê o desenvolvimento de uma agenda de advocacia; ✓ Elaborados e apresentados publicamente o estudo Mulher e Terra.
Providenciar recursos para apoiar a divulgação da LUP incluindo parceiros organizações de media	<ul style="list-style-type: none"> ✓ CESC apoio ROSC e o movimento EU+ na disseminação massiva de LUP; O projecto da AMME tem uma forte componente de divulgação da LUP nas Escolas e nos Clubes das Raparigas. A LEMUSICA identifica as matronas e madrinhas de ritos de iniciação que são submetidas a palestras de sensibilização e consciencialização para mudança de comportamento. A ASCHA, influencia as políticas públicas e programas municipais de combate a violência contra as raparigas e mulheres e uniões prematuras; LUP é assunto transversal da maior parte das parceiras;
Promover movimentos/dinâmicas regionais de divulgação e discussão de LUP	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Em curso uma campanha de divulgação de LUP; ✓ Realizado 2+ eventos de disseminação/discussão – lançamento em Maputo, lançamento em outras províncias;
Apoiar a operacionalização do ODM (organização e funcionamento) (estrutura e troca de experiência)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ ODM contínua a receber fundos de ALIADAS – mecanismo específico de financiamento criado dentro do projeto para a apoiar; ✓ Consultor contratado para contar a história e documentar o nascimento da ODM; ✓ ODM habilitado a receber outros fundos de CESC, no âmbito do programa IGUAL; ODM realizou 5 sessões de aprendizagem e partilha de experiência com Observatórios do Brasil, Portugal, EUA e Argentina
Direitos Humanos e Democracia	
Capacitações	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Nas capacitações, o CESC/IGUAL privilegiou temas relacionados com (direitos e deveres, participação), incluímos também assuntos relacionados com a descentralização e desconcentração, como também o papel das instituições no processo da governação.
Recursos Naturais	
Consolidar os FC's já criados	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Foi concluída a legalização dos 53 FCs criados e abertas as contas; ✓ Foi possível mobilizar 13000 membros das comunidades no âmbito da preparação social e massificação de FC's, das quais 42% são mulheres; ✓ Com base nos MoU foi possível garantir maior responsabilização dos SPA na canalização dos 20% que aumentou consideravelmente;

³ Colectivos de (especialmente as mulheres rurais e as mais vulneráveis das mais vulneráveis) e dos jovens no debate sobre a política de terras;

⁴ em contexto de conflito e desastres naturais (Como influenciar a Lei de terras a antecipar o impacto de conflitos terroristas e desastres naturais).

Prioridade de 2022	Contribuições
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Foi possível iniciar uma discussão em torno da institucionalização dos FCs. <p>Não satisfatório:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Não foi possível elaborar estatutos próprios dos FC's nesta fase;
Apoiar os FC's na implementação dos Planos de Negócios.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Contratados os consultores que vão apoiar na implementação das iniciativas de geração de renda; ✓ Foram identificados/seleccionados grupos de beneficiários para beneficiar de iniciativas de geração de renda; ✓ 14 FCs beneficiaram de fundos para implementar as iniciativas que contribuíram na melhoria de vida das comunidades; ✓ OCB's mobilizaram mulheres e jovens para participação activa no processo de identificação e aplicação em iniciativas de geração de renda; ✓ Capacitados os facilitadores e membros do grupo de gestão sobre gestão financeira, acompanhamento da implementação das iniciativas; ✓ Garantida a apropriação das iniciativas de geração de renda pelo governo local como componente importante de sustentabilidade <p>Não satisfatórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Nem todas iniciativas foram implementadas na sua totalidade no período definido ✓ As iniciativas não apresentaram retornos nesta fase devido ao tempo reduzido de implementação ✓ Em Moma o valor não foi disponibilizado pelo banco que aguarda confirmação do administrador
Rastreio das Taxas a ser canalizadas as comunidades	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Em colaboração com o pilar III foi possível implementar numa fase piloto a ferramentea de rastreio no projecto. ✓ Produzido e publicado o relatório de rastreio; ✓ Serviu para sensibilizar o governo distrital e as comunidades sobre a necessidade de transparencia e prestacao de contas na gestao dos fundos alocados as comunidades
Plataforma OLAVULA	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificados os intervenientes do sector para OLAVULA e realizados encontros de socialização.; ✓ Adaptada a Plataforma para Recursos Naturais; ✓ Discutido com parceiros do SAJ o fluxo de intervenientes do OLAVULA ✓ Lançada a plataforma OLAVULA –Recursos Naturais em Lichinga ✓ Divulgada e realizada a mobilização das comunidades para uso da plataforma OLAVULA -RN ✓ Realizada a capacitação dos intervenientes do OLAVULA – Recursos Naturais. ✓ Divulgada a plataforma a nível dos governos distritais; ✓ Realizada mobilização das comunidades para usos do OLAVULA-RN; <p>Não satisfatório:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Alguns usuários e intervenientes reclamaram o mau estado dos telemóveis disponibilizados no âmbito do OLAVULA-RN; ✓ Necessidade de seguimento e acompanhamento dos intervenientes no processo de implementação do OLAVULA para melhor socialização; ✓ Necessidade de intensificar o OLAVULA-RN nas comunidades;

Prioridade de 2022	Contribuições
--------------------	---------------

- | | |
|---------------------|---|
| Influência política | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Participamos em encontros da SC e CRPNT onde o CESC apresentou a preocupação de falta de inclusão de algumas recomendações do estudo no Draft ZERO da Política; ✓ Participação numa série de debates temáticos da SC sobre a RPNT; ✓ Realizada uma Reunião Nacional sobre Terras; ✓ Realizada uma Conferência de Imprensa onde a SC apresentou o seu posicionamento sobre o processo de consulta pública e a calendário dos trabalhos da CNRPNT e a submissão de comentários ao draft zero. Nesta conferência mulheres de diferentes estratos sociais apresentaram as suas preocupações principalmente a falta de inclusão no processo; ✓ Participação contínua das discussões em torno da RPNT; ✓ Contratados consultores e iniciados estudos sobre pedras preciosas e conflito político e análise do FC's como abordagem valida de organização comunitária para promoção do desenvolvimento local; ✓ Publicado um posicionamento do CESC sobre a partilha dos 20%; ✓ Partilhada da abordagem dos FC's no âmbito da revisão da legislação florestal como mecanismo de canalização dos 20%. ✓ Publicados os estudos sobre "Exploração mineira e violação dos direitos Humanos" e "Exploração mineira e risco de conflitos". |
|---------------------|---|

Não satisfatório:

- ✓ Não foi possível influenciar a circular nr. 01/MPD-MF/2013.

Finanças Públicas

- | | |
|---|---|
| Expandir a abordagem do Rastreio para outros projectos dentro do CESC | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Capacitados técnicos de educação e membros das OSC de Inhambane e Sofala em técnica de Rastreio da despesa Pública para o sector de educação; ✓ Capacitados membros das Plataformas Distritais de Muecate e Nacarua, na Província de Nampula em Técnica de Rastreio; ✓ Realizadas duas reciclagens às plataformas distritais de Mandimba e Lago em Auditoria Social; ✓ Realizadas auditoria social de 20 Projectos, sendo 8 no Lago e 11 em Mandimba; ✓ Realizadas duas visitas de Monitoria Conjunta envolvendo DPE, SDEJT e Governos dos Distritos às Escolas dos Distritos de Mandimba e Lago. Como resultado, a equipe de inspeção provincial de educação, realizou duas visitas de trabalho; ✓ Incentivada a Assembleia Provincial a acelerar a análise da conta de gerência. Como resultado, no dia 25 de Maio corrente será realizada a sessão da Assembleia Provincial, para apresentação do relatório de análise da conta de gerência. No passado, este processo era muito lento; ✓ Realizar encontros juntos da Procuradoria Provincial, Direcção Provincial de Finanças, incluindo Autoridade Tributária, para influenciar na apropriação do uso da brochura ANITA |
|---|---|

Desenvolvimento Institucional

Prioridade de 2022	Contribuições
Instalação de novos escritórios e assegurar a recuperação da viatura avariada	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Viatura em condições; ✓ CESC em Niassa, com novos escritórios e melhorado o ambiente de trabalho e a arrumação dos equipamentos; <p>Não satisfatório:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Não construção de escritório do CESC, devido sobrecarga de outras actividades de reestruturação institucional.
Comunicar e vender quem somos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Engajamento positivo dos colegas na partilha de informação dos trabalhos realizados nas redes sociais. <p>Não satisfatório:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Abrangência na divulgação/publicações das acções do CESC para os parceiros, doadores e público em geral
Fortalecer, implementar e controlar os sistemas de controlo interno	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Contribuiu para reforçar as medidas necessárias para minimizar o risco de fraude e incumprimentos de regras dentro da organização. ✓ Contribuiu para a melhoria do nível de execução orçamental e programática dos projectos e programas; ✓ Melhoria no entendimento dos objectivos do programa e domínio do contrato e seus anexos ✓ Melhoria no envio semanal de prestação de contas; ✓ Melhoria na comunicação e flexibilidade ao responder as constatações; ✓ Contribuiu para emissão de relatórios de auditoria externa sem qualificação (auditoria geral, auditorias específicas: ALIADS, IGUAL, ECEB, ATGE e PESTALOZZI) com opinião limpa. Todavia as cartas de recomendações apresentaram algumas constatações recorrentes de irregularidades no <i>procurement</i>.
Integrar módulos de sistemas de gestão administrativa, financeira e programática	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Engajamento de todos colaboradores nos processos internos e melhoria na comunicação interna. ✓ Uso do <i>teams</i> e <i>SharePoint</i> melhorou a gestão documental e comunicação interna; ✓ Extração do Modelo 10 a partir do sistema; ✓ Processamento de salário no sistema
Redefinir a estrutura organizacional e de entrega	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Proposta que permite flexibilidade e ao mesmo tempo clareza das áreas e funções; ✓ Introdução de uma área que pretende recuperar o foco central do CESC de Aprendizagem e Capacitação (Centro de Recursos)

3.3.2. Aos indicadores e metas (grau de realização)

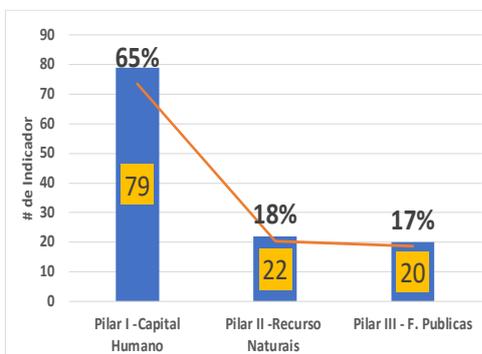
O alcance dos resultados

No que tange aos resultados de 2022, o CESC realizou actividades de forma directa e através de parceiros em 46 (quarenta e seis) distritos de 10 (Dez) províncias do país e também realizou acções de advocacia de âmbito central ligado aos 3 pilares do Plano Estratégico bem como em áreas transversais de direitos (humanos e democracia e das mulheres).

O desempenho programático é reportado em relação às metas planificadas no plano Anual 2022, com vista ao dimensionamento do esforço necessário para o alcance progressivo dos objectivos estratégicos definidos no Plano Estratégico 2020-2024, no seu segundo ano de implementação, que

estão organizados por pilares estratégicos nomeadamente: (i) Capital Humano; (ii) Gestão de Recursos Naturais; (iii) Gestão de Finanças Públicas; (iv) Desenvolvimento Institucional.

Gráfico 1: Desempenho dos indicadores por Pilar



80% O gráfico ao lado e a tabela abaixo refletem a avaliação do desempenho dos indicadores avaliados no período em análise, sendo que, foram avaliados um total de 121 indicadores de desempenho de projectos, destes 73% dos indicadores contribuíram com boa execução (i.e acima de 95%), 11% obteve execução razoável (i.e entre 80% e 95%), e os restantes 16% contribuíram com baixa execução (i.e abaixo de 80%) de acordo com a matriz utilizada para medir a performance dos indicadores.

Grau de Realização	Score	# Indicadores	Pilar I - Capital Humano	Pilar II - Recurso Naturais	Pilar III - F. Publicas	Media Anual
Baixa Execução	ate 80%	29	33%	0%	15%	16%
Razoável Execução	80% a 95%	13	10%	18%	5%	11%
Boa Execução	> 95%	68	57%	82%	80%	73%
Total		110	100%	100%	100%	100%

Tabela 4: Desempenho Global dos Indicadores Desagregados por Pilar e Grau de Realização

Em relação aos pilares, constata-se que o Pilar II e III contribuíram significativamente para um bom desempenho 80% e 82%, respetivamente. Importa referir que o Pilar I contribuiu com 65% do total dos indicadores de desempenho avaliados, ou seja, a maior parte dos projectos (15) pertencem a este pilar.

No entanto, o desempenho dos indicadores em relação à meta anual foi de 73%. Comparativamente ao ano 2021 de acordo com o gráfico apresentado abaixo, o desempenho programático cresceu na ordem de 2%, isto é, 71% 2021 e 73% 2022, respetivamente.

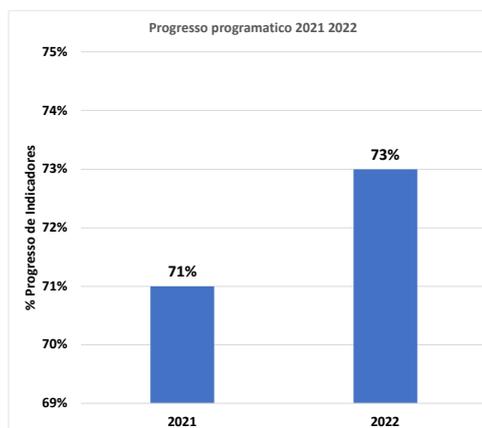
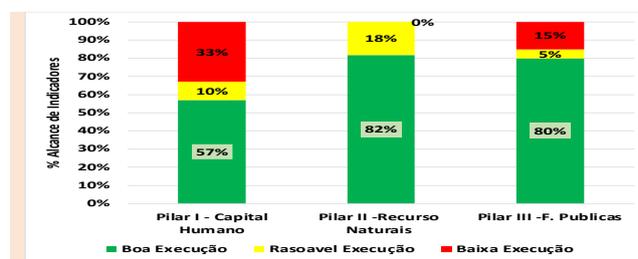


Gráfico 2: Desempenho por pilar



No universo de 121 indicadores avaliados no período em análise, 68 indicadores atingiram as metas previstas, isto é, grau de execução superior a 95% em relação a meta anual.

Durante o ano de 2022 o CESC viu oportunidades para a instituição, mas também enfrentou vários desafios, conforme abaixo detalhados.

4.1. Oportunidades

As oportunidades gerais de intervenção e ou posicionamento na área de Direitos Humanos (DH) e liberdade de associação são decorrentes de um contexto de terrorismo na zona norte no país, cerceamento do espaço cívico, caracterizado pelo silenciamento de jornalistas e defensores dos DH, aprovação da Lei da prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, submissão à AR da proposta de Lei que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL), sem prévia consulta e discussão com as partes principais interessadas. Todavia, constituem oportunidades específicas para o CESC os pontos abaixo indicados:

- Divulgação dos resultados do CPC e elaboração dos PACOs constituem instrumento de sensibilização dos dirigentes para a tomada de decisões no sector de saúde;
- Colaboração e abertura das Procuradorias distritais e Grupos de Referência para promover o mecanismo multisectorial;
- Acompanhamento das reuniões dos CCLs, CCD para informar e influenciar o PESOD sobre as prioridades do sector de saúde;
- Apropriação dos PACOs pelos membros dos CCGH promovem o engajamento dos cidadãos na gestão dos desafios de cada US;
- Colaboração com o projecto *Every Girl Can* da Visão Mundial em Nacarua para abordagens de combates às uniões prematuras;
- Movimento Eu+; Observatório de mulheres - Fórum Feminista Lusófono Africano;
- Abertura do governo de Muecate e outros distritos para envolver o CESC nas auscultações comunitárias e planificação distrital;
- A boa comunicação e colaboração entre parceiro de implementação (ACAM) e CESC possibilitou a realização das actividades de interação com os beneficiários com fundos desembolsados tardiamente;
- Participação em encontros com dirigentes superiores das instituições governamentais tais como: Vereação de Educação e Desporto, Direção dos Assuntos Sociais e a Direção Municipal de Educação facilitou a abertura das direções distritais para realização das capacitações dos professores logo no primeiro mês do ano lectivo;
- A partilha do plano de actividades com instituições governamentais, nos encontros propiciou o interesse de se realizar as capacitações dos pontos focais de proteção à criança e dos gestores das escolas, no primeiro semestre deste ano para a criação de comités de proteção da criança nas escolas e divulgação do mecanismo multisectorial aprovado pelo Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano, no ano de 2020;
- Mesa Redonda com actores de sociedade civil, NU, sobre abordagens para Proteção de Mulheres e Raparigas (Promura, Wiwanana);
- Exposição dos instrumentos, ferramentas, boas práticas de trabalho entre as parceiras;

- Incluir os diferentes colectivos na planificação das actividades da Rede; Fortalecer as acções dos colectivos para que possam caminhar em mesma direcção através da partilha de informação e experiência;
- A abertura das OCB's e técnicos de educação para colaborar com o projecto "Nosso Futuro Brilhante" nas acções de sensibilização de advocacia conjunta e expansão do uso da plataforma Olavula;
- Sensibilização de instituições do Governo e OSC que trabalham no sector através de um encontro de coordenação realizado pelo CESC em Lichinga onde foram abordados aspectos ligados ao processo de legalização dos FC's. Esta interação, não só vai facilitar o processo de legalização dos FC's mas constitui igualmente um passo rumo à institucionalização de FC's como abordagem de organização da comunidade vantajosa para promoção do desenvolvimento económico das comunidades locais;
- Oportunidade de documentação dos FC's e partilha da proposta com outros parceiros para alargar a sua implementação;
- Colaborar com o Projecto MozNorte no projecto LUR;
- As instituições do Estado na província, conhecem e reconhecem o trabalho do CESC. Os técnicos destas instituições são envolvidos nas actividades, o que permite a institucionalização das abordagens;
- Oportunidade de colaborar com o Sector Privado a partir da troca de experiências de projectos sociais implementados no âmbito dos Fundos de Desenvolvimento Local e Responsabilidade Social. De igual modo, esta pode ser uma oportunidade para realizar acções complementares e contribuir na promoção do desenvolvimento das comunidades locais a partir de implementação de iniciativas de geração de renda ou financiamento de FC's;
- Oportunidade de trabalhar com algumas OCB's com bastante experiência no trabalho comunitário no âmbito dos direitos e deveres das comunidades, o que significa maior probabilidade de sucesso nas actividades a ser desenvolvidas e sustentabilidade;
- A redução dos casos de contaminação por COVID -19 é uma oportunidade para a realização de conferências, seminários e outras abordagens que prevejam encontros com as comunidades;
- Realizadas em torno de 7 mentorias na área financeira e 3 capacitações em finanças básicas aos Parceiros; Apoio a cerca de 3 Parceiros locais na abertura de contas bancárias para recepção de fundos;
- O estreitamento de relações com alguns meios de comunicação social;
- Engajamento dos colegas na partilha de actualizações sobre o trabalho desenvolvido, que alimentam as redes sociais de forma regular;
- No âmbito de introdução de novas ferramentas, sobretudo para o Rastreo de Despesa Pública, o CESC tem a oportunidade de envolver a Associação ANANJIRA em Sofala, estes, teriam a responsabilidade de fazer o rastreo e com apoio do CESC, produzir um relatório e partilhado a todos os níveis. Portanto, tendo esta organização um contrato com o CESC, o projecto, teria, eventualmente, apenas a responsabilidade de cobrir as despesas da sua deslocação;
- A introdução das novas ferramentas/instrumentos, aliada a advocacia coordenada constitui excelente oportunidade para consolidar a imagem do CESC ao nível das Províncias e garantir a sustentabilidade da intervenção;

- Assegurar que o GIZ inclua a questão do rastreio de despesa pública, Olavula e Termómetro do Conselho de Escola aos documentos de orientação da Supervisão Distrital Focalizada pode garantir o uso destas ferramentas pelo SNE;
- Oportunidade estratégica para participar nas actividades do “Rainbow dress” em parceria com EKN, LAMBDA, e outras organizações em Maputo. O vestido representa países onde homossexualidade é ilegal, e o vestido viaja para consciencializar pessoas sobre assuntos dos direitos da população de minorias sexuais, uma população chave do programa IGUAL.

4.2. DESAFIOS

Abaixo o CESC apresenta os principais desafios, bem como as reorientações para lidar com os mesmos:

Internos

- Alguns desafios na aplicação de instrumentos durante avaliação organizacional. Ex Matriz de avaliação institucional no âmbito de chamada de propostas não captura informação que demonstre realisticamente as áreas de risco e/ou com fragilidades; Modelo de Orçamento PE's, requer reflexão para melhoria dos instrumentos;
- Fraca capacidade de respostas às demandas geradas pelas ações de mobilização comunitária;
- A adaptação e expansão das ferramentas de engajamento e *accountability* nos projectos e sectores do CESC – inovação;
- Necessidade de atualização da Plataforma OLAVULA de modo a responder melhor as necessidades das comunidades;
- Fundos para implementação do OLAVULA-RN mostraram-se exíguos para as actividades planificadas;
- Encontrar saídas airoas e inovadores para continuar a existir e ser relevantes para as mulheres nos contextos adversos (desastres naturais e conflito);
- Como preservar o principal perante incapacidade generalizada das instituições e a excessiva mobilidade dos dirigentes do Estado?
- Encerramento dos projectos (redução do staff/desistência do staff próximo ao fecho do projectos);

Externos

- Pedidos de apoio recorrentes por parte dos governos distritais e sector de educação (combustível, *perdiem*, custos de encontros, etc);
- Falta de fornecedores de serviços formalizados ao nível das comunidades;
- Exiguidade de recursos para execução de ações de projectos (e.x. FMO, operacionalização de MdE com AP-Niassa, monitoria, etc.) do CESC e morosidade na transferência de fundos;
- Embora haja um aumento de denúncias da violência contra a criança e das uniões prematuras, existe ainda medo de represálias e a percepção que os violadores não são condenados/sancionados;
- Maior parte dos parceiros com capacidades programática e financeira estão muito abaixo das expectativas e demandas do programa IGUAL;
- O alastramento do terrorismo para o Sul da província de Cabo Delgado, Niassa e Nampula, dificulta o avanço flexível das ações dos projectos e parceiros nos distritos afectados;
- Tensão em Cabo Delgado restringe a colaboração com instituições do governo provincial e participação das comunidades. Aliado a este, está o desafio de manter a reputação do CESC,

devido ao risco de associação ao terrorismo na região norte pelo financiamento às OCBs. A título de exemplo registou-se bloqueio de contas no âmbito da implementação das iniciativas de geração de renda até esclarecimentos;

- Transitabilidade nos períodos de chuvas limitam a actuação do CESC e por outro lado há fraquezas na participação feminina nos períodos agrícolas;
- A velocidade das parceiras na implementação e prestação de contas permanece um desafio. Este ano foram particularmente exacerbados pelos longos períodos de ausência de fundos no ALIADAS;
- Conflito Ucrânia e Rússia (redução de recursos/financiamento) e consequente inflação implicam na redução de número de actividades previstas e resultados do projecto.

V LIÇÕES APRENDIDAS

Para o período em análise o CESC teve as seguintes grandes lições aprendidas:

- O uso da Plataforma OLAVULA-RN mostrou-se útil na melhoria da interacção entre as comunidades e instituições do sector de Ambiente e de Administração de Justiça;
- Monitorias conjuntas mostraram que o diálogo entre o governo, sector privado e as comunidades contribui na prevenção de conflitos;
- Com pequenos Fundos é possível melhorar as condições de vida das comunidades (justiça económica, coesão social);
- Os colectivos continuam a enfrentar dilemas antigos de organização, funcionamento e capacidade. Sem um papel mais interventivo de facilitação, estabelecimento de pontes e acção sobre as fragilidades, os resultados ficam comprometidos;
- Nosso empenho e das parceiras não estão a ser suficientes para mobilizar e engajar as mais vulneráveis. Atender as necessidades destes grupos exige metodologias generalistas. O risco é suas prioridades ficarem diluídas;
- As fragilidades das instituições do Estado continuam a ser o maior inibidor dos esforços de combate a VBG; outro grande inibidor de mais capacidade de influência está ligado a um ativismo puro, que ainda não traduz solidez e consistência em accção estratégica e sistemática.
- Monitoria dos resultados e da situação, comunicação e fala pública são um dilema;
- Num contexto de “mesmo não sendo vocação”, o WVL não pode estar alheio aos efeitos dos desastres naturais e precisa encontrar respostas inovadoras para assegurar resultados no contexto de falta de tudo – perigo de perda de relevância;
- No contexto adverso, precisamos encontrar caminhos para "resolver" os problemas práticos das mulheres e oferecer conforto, sinais de empatia perante desastres naturais e conflito de Cabo Delgado - risco de afastamento, desinteresse, mas também desvirtuar a nossa narrativa e mandato;
- Gestão adaptativa, continua a ser a chave para melhores resultados, mas as implicações devem ser assumidas na negociação com parceiros financeiros, "agarrados" a lógicas e procedimentos rígidos;
- A tabela subsídio de Voluntariado deve ter em conta o tipo de trabalho *versus* recursos a serem usados incluindo em particular as variantes relacionadas a deslocação;

- Elaborar um guião prático de capacitação dos Conselhos de Escola baseado no manual existente pode ser relevante, tanto para a orientar a equipa de formadores bem como a equipa de Facilitadores do Conselhos de Escola nos diferentes projectos do CESC;
- O sucesso e a sustentabilidade das intervenções de engajamento cívico devem passar pela criação de espaços para a partilha em tempo real das melhores práticas e ferramentas de cada uma das parceiras, seguimento e monitoria as formações dadas pelo CESC, ajustar as formações as necessidades/ demandas de cada região e cada colectivo;
- Para transformar a vida das mulheres o CESC/ ALIADAS deve-se actuar em movimentos colectivos, visto serem mais audíveis e com única agenda;
- Para maior abrangência e participação das mulheres nas diferentes intervenções do CESC é necessário consciencializar os homens;
- Em situações urgentes e ou para a eficiência nas ações, o CESC pode de forma simultânea efectuar abertura de contas e a publicação de estatutos no BR;
- É possível gerar um sistema de referência de denuncia de casos de violações e melhorar a interacção entre os SAJ e as comunidades através de uma plataforma tecnológica - OLAVULA-RN;
- Monitorias conjuntas mostraram que o diálogo entre o governo, sector privado e as comunidades contribui na prevenção de conflitos;
- Com pequenos Fundos e possível melhorar as condições de vida das comunidades (justiça económica, coesão social);
- As plataformas digitais (ex: Olavula) são mais aceites nas comunidades para denúncias de casos de violação de direitos das crianças, diferentemente das denúncias às autoridades, por questões de segurança e anonimato;
- Aprendizado feito na base de conversa e partilha de experiência é de fácil adopção;
- Uso de drama nos programas rádio facilita a compreensão das mensagens;
- Quando as matronas que promovem os ritos de iniciação percebem o contexto sobre igualdade de género e oportunidades da rapariga, as suas abordagens e mensagens nos ritos de iniciação mudam;
- A criação de alianças com parceiros no processo de criação de FC's poderá permitir um melhor entendimento e apropriação das acções;
- A disponibilidade de necessidades e prioridades das comunidades facilita os Governos distritais e provinciais a priorizarem na planificação e na negociação de parcerias e projectos;
- Há tendência de registo de mudanças significativas nos distritos onde implementamos, ou seja, o Governo tem estado a prestar muita atenção nos distritos de implementação em detrimento daqueles onde não estamos. Esta situação, pode ainda piorar os níveis de pobreza e falta de infraestruturas básicas;
- Os vários encontros de partilha e clarificação dos pontos relevantes do regulamento de aquisições poderá imprimir maior dinâmica no que diz respeito a observância dos princípios éticos sobretudo no que diz respeito a transparência, imparcialidade e boa-fé;
- A planificação realista das necessidades evita recorrer à modalidade de ajuste directo (por se tratar de uma modalidade excepcional);
- Importante garantir que projectos sem número suficiente de pessoal de programas para poder avançar com tomada de decisões temáticos e estratégicos;
- Importante estabelecer novos ritmos de monitoria do plano anual para garantir que estamos a seguir nossa planificação;

- Importante utilizar os espaços virtuais, como *Sharepoint*, que temos para melhorar partilha de documentos;
- Importante melhorar o processo de *handover* para novo pessoal para garantir que não perdemos informação e documentos no processo. Pessoas que estão a sair, sempre possível, deve assinar responsabilidade para assuntos específicos a pessoas que ficam e ter encontros para passar o ponto da situação.

VI “UN GLOBAL COMPACT (PACTO GLOBAL DA ONU) – PROGRESSO DO CESC

O CESC aderiu ao UN Global Compact (Pacto Global da ONU) no Março 2021. Nesta base, tanto ao nível institucional como no seu trabalho, o CESC incorpora os Dez Princípios do UN Global Compact – focados nas áreas de direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e anticorrupção – nas suas estratégias, processos e operações, assumindo a sua responsabilidade para com as pessoas e o planeta e a estabelecer as bases para o sucesso a médio e longo prazo. Ainda, o trabalho do CESC contribua para os objectivos da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável.

As ações práticas que O CESC adotou durante o ano de 2022 para implementar os princípios do Pacto Global e apoiar metas de desenvolvimento mais amplas são:

Direitos Humanos

O CESC tem promovido e protegido ativamente os direitos humanos em Moçambique por meio de vários programas e iniciativas. Em 2022, organizou campanhas de conscientização sobre os direitos humanos para educar a comunidade sobre a importância dos direitos humanos e como reivindicá-los, e também trabalho com os detentores de poderes para cumprirem com os seus deveres.

Práticas Laborais

O CESC tem trabalhado para melhorar as condições de trabalho e promover práticas de trabalho justas em Moçambique. Em 2022, CESC fundou junto com ROSC o Observatório dos Direitos da Criança que tem como parte do seu papel, a sensibilização do Sector Privado sobre a questão do trabalho infantil.

Proteção Ambiental

O CESC tem participado ativamente na proteção e conservação ambiental em Moçambique. Em 2022, o CESC participou na iniciativa de plantio de árvores para mitigar os impactos da degradação florestal e promover um ambiente mais verde no dia do ambiente.

- As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais
 - Iniciado um processo de negociação com o Sector Privado (Kenmare, Aiyu Mining, e Green Resources) para colaboração no âmbito da implementação de projectos sociais.
- Realizar iniciativas para promover a responsabilidade ambiental
 - Neste contexto, o CESC a nível das províncias de Nampula e Niassa, trabalhou activamente com os Serviços Provinciais do Ambiente (SPA) e os Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE). O objectivo primordial é (i) garantir a melhoria da gestão de terra e outros Recursos Naturais (ii) responsabilizar a canalização das taxas de exploração de recursos naturais no âmbito dos mecanismos de compensação (iii) promover a implementação da taxa de reflorestamento pelo governo nas áreas onde ocorre a exploração de recursos florestais.

- Como resultado das acções desenvolvidas:
 - Foram assinados MoU com os SPA para colaboração no sector e como isso, os SPA estão mais consencientes e sensibilizados sobre a necessidade de canalização das taxas, independentemente do valor anual;
 - Aumentou o número de comunidades que recebem a taxa dos 20% na província do Niassa;
 - Realizadas capacitações as comunidades sobre os seus direitos e deveres em relação a terra e outros recursos naturais;
 - Formação de paralegais que possam proteger e denunciar a exploração ilegal de recursos naturais e resolução de conflitos entre empresas/comunidade/governo;
 - Participação em eventos festivos relacionados a temas ligados ao ambiente a nível das províncias (Dia do Ambiente, dia das florestas, Dia Mundial da Água, Dia da Terra, entre outros eventos);
 - Realizadas visitas de monitoria conjunta com o governo local nas comunidades locais para levantar as preocupações do governo
- Encorajar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias amigas do ambiente
 - Implementação de uma plataforma digital de denúncia e resposta sobre a violação dos direitos das comunidades em relação a terra e recursos naturais que resultou na apreensão e responsabilização de exploradores ilegais em Niassa.

Combate à Corrupção

O CESC tem trabalhado para combater a corrupção em Moçambique por meio de educação e advocacy. A realização do Rastreio da Despesa Pública em várias províncias permitiu a identificação de boas práticas na gestão dos recursos públicos, e também identificou vários casos de má gestão e corrupção, que estão sendo seguidos pelas entidades.

Os resultados (metas, desempenho indicadores ou resultados)

Direitos Humanos

No âmbito dos direitos humanos, o CESC desenvolveu actividades relacionadas a defesa de grupos socioeconómicos em situação de desvantagem tais como: mulheres, raparigas, pessoas com deficiência. Um importante apoio foi o apoio a agregados familiares de comunidades deslocadas na Província de Cabo Delgado, resultantes da violência extrema em Cabo Delgado caracterizada por combates e perseguição de insurgentes.

Proteção Ambiental

Em relação a proteção ambiental os resultados são:

- 13.000 membros das comunidades sensibilizadas sobre direitos e deveres das comunidades em relação a terra e outros recursos naturais;
- 13 denúncias de violação de direitos das comunidades feitas com recurso a Plataforma digital OLAVULA-Recursos Naturais;
- 2 exploradores ilegais apreendidos com recurso ao uso da Plataforma OLAVULA-Recursos Naturais;
- Mais de 19 milhões de meticais resultantes das taxas de exploração de recursos florestais foram canalizados as comunidades nas províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa, e usados para melhorar as condições de vida das comunidades através de implementação de iniciativas de geração de renda com base nos recursos existentes localmente.

Impacto na Comunidade

As contribuições feitas pelo CESC em 2022 tiveram um impacto positivo na comunidade em Moçambique. A campanha de conscientização sobre direitos humanos educou o público sobre seus direitos e os incentivou a reivindicá-los. A iniciativa de plantio de árvores ajudou a mitigar os impactos da degradação florestal e promoveu um ambiente mais verde. O trabalho sobre a gestão orçamental público e anti-corrupção sensibilizou o público sobre a importância de combater a corrupção, incentivou-os a denunciar práticas corruptas e contribuiu para uma melhor gestão dos recursos públicos.

VII PRIORIDADES PARA PRÓXIMO PERÍODO

O Plano Estratégico do CESC, para o período de 2020-2024 definiu como objectivo geral **“Contribuir para Redução da Pobreza, Desigualdades e Exclusão Social”**. Assim, para o alcance deste objetivo várias intervenções estão sendo realizadas em quatro pilares chaves, são estes: i) Pilar 1. Capital Humano; ii) Pilar 2. Governança dos Recursos Naturais; iii) Pilar 3. Gestão de Finanças Públicas; iv) áreas transversais (direitos humanos e democracia e direitos das mulheres); e v) Pilar 4. Desenvolvimento institucional, sendo este último o pilar de apoio no âmbito do reforço da capacidade institucional do CESC. Para cada pilar e áreas foram definidos os respectivos resultados esperados ao longo dos anos da sua implementação.

Neste âmbito o CESC apresenta nesta secção as prioridades estratégicas da instituição para o ano de 2023, pelos quatro pilares e áreas transversais:

6.1.1. Pilar I – Capital Humano

Este pilar que engloba as áreas de Educação, Saúde, WASH e Direitos das Mulheres, Direitos Humanos e Democracia e apresenta três resultados esperados, são estes: Aumentados os investimentos e *accountability* na gestão e provisão de serviços básicos de qualidade, especificamente na Educação Básicas, Cuidados de Saúde Primária, WASH e Direitos das Mulheres (resultado 1.1); Aumentado o engajamento da comunidade e de outras partes interessadas na gestão e prestação de serviços básicos de qualidade (resultado 1.2); e Aumentar o gozo dos direitos humanos por mulheres e raparigas e o avanço da igualdade de género em Moçambique (resultado 1.3);

Para o alcance dos resultados acima descritos o CESC definiu, para no de 2023, as seguintes prioridades por áreas:

Educação saúde e WASH

Legislação/Políticas:

- Estratégia de alimentação escolar
- Alocação dos recursos para aumentar o acesso à WASH
- Transformação da Carta dos Direitos e Deveres do Utente na saúde em Lei

Comportamento dos agentes do Estado:

- Rigor na selecção candidatos aos professores e formadores nos IFP
- Acesso a educação básica no contexto da lei SNE (3º ciclo do ensino básico)

- Promover a Inspeção e supervisão escolar (com foco na assiduidade e qualidade pedagógica dos alunos)
- Segurança na Escola - operacionalizar o mecanismo multisectorial de prevenção e combate a violência na escola (lares e centros internatos - IFP, ESG, integração da rapariga grávida na escola).
- Influenciar a qualidade e disponibilização atempada dos materiais curriculares (programas, manuais, livros e exames) e institucionalização das ferramentas pelo sector público (CPC) para aumentar o *accountability*
- Acesso aos serviços de saúde sem discriminação
- Influenciar o acesso a WASH
- Institucionalização das ferramentas pelo sector público (ex. CPC) para aumentar o *accountability*
- Influenciar o acesso à educação básica no contexto da nova lei do SNE (monitoria)
- Influenciar para maior rigor na selecção dos candidatos a professores e formadores dos IFPs;
-

Comportamento e qualidade de vida das comunidades:

- Retenção da rapariga no ensino
- Maior uso dos serviços de saúde pelas mulheres

6.1.2. Pilar II – Recursos Naturais

Na área de governação de recursos naturais foram definidos os seguintes resultados: Reforçada a accountability na Gestão de Recursos Naturais (resultado 2.1); e aumentado o engajamento de cidadãos e outras partes interessadas na gestão e exploração de recursos naturais (resultado 2.2).

Deste modo para o alcance dos resultados acima descritos o CESC definiu para o segundo semestre do ano de 2022 as seguintes prioridades para o pilar:

Legislação/Políticas

- Influenciar o processo de revisão da Lei de Terras de modo a Garantir que sejam salvaguardados os direitos das comunidades locais em relação ao acesso, posse e uso da terra principalmente para as mulheres;
- Influenciar a revisão da Lei de minas em relação a percentagem e canalização dos benefícios das comunidades. Advogar para a criação de instrumentos robustos e alinhados/uniformizados em relação ao processo de canalização de benefícios das comunidades;
- Continuar a influenciar no processo de revisão da Lei e Regulamento de Florestas e Fauna Bravia de modo que sejam considerados os Fundos comunitários.

Comportamento das Instituições e agentes do Estado

- Reforçar a transparência e accountability do Governo em relação a gestão dos recursos naturais;
- Reforçar o cumprimento dos compromissos dos investidores em relação as comunidades e a gestão ambiental.

Comportamento e qualidade de vida das comunidades

- Consolidar os FC's e as iniciativas de geração de renda já iniciadas;
- Comunidades conscientes sobre os seus direitos e deveres em relação a terra e recursos naturais;

- Promover a melhoria das condições de vida das comunidades, assessorando-as na implementação de iniciativas de geração de renda, gestão transparente e inclusiva dos 20%;
- Melhorar ainda mais a interação das comunidades com as instituições de administração de justiça e facilitar o processo de denúncias de violações dos direitos das comunidades.

6.1.3. Pilar III – Finanças Públicas

Na área de gestão de finanças públicas, os resultados esperados pela estratégia do CESC são conforme indicados a seguir: Melhorados os critérios de alocação da despesa pública tendo em conta os sectores prioritários para redução da pobreza e desigualdades sociais, assimetrias regionais (resultado 3.1); e melhorado os mecanismos de gestão e prestação de contas das finanças públicas a todos os níveis são estes, receita, despesa, dívidas, investimentos (resultado 3.2);

As prioridades abaixo listadas foram definidas para o alcance dos resultados do pilar:

Legislação/Políticas:

- Melhor alocação e utilização dos recursos para despesas de investimento nos sectores sociais (PESOE);
- Influenciar a criação de instrumento que regula a partilha dos 2,75% das receitas.

Comportamento dos agentes do Estado:

- Órgãos de Governação Descentralizada (CEP, CSRE e AP) canalizam e fiscalizam os benefícios provenientes da exploração de recursos naturais.
- Institucionalização de Ferramentas de GFP

Comportamento e qualidade de vida das comunidades

- Cidadãos com capacidade para monitorarem a Gestão de Finanças Públicas
- As comunidades recebem e decidem suas prioridades sobre os benefícios da exploração de RN

6.1.4. PROGRAMAS ESPECIAIS – Áreas transversais

Direitos Humanos e Democracia - IGUAL

Para este programa os resultados definidos são: defensores dos direitos humanos, minorias sexuais e mulheres e crianças em zonas de conflito têm acesso a mecanismos de defesa e protecção dos direitos humanos (Resultado 1); Maior participação e representação cidadã com enfoque nas prioridades das mulheres e jovens nos espaços e processos de governação e políticas (Resultado 2).

Abaixo as prioridades relativas para o segundo o ano de 2023:

- Aprovação de Uma Lei de Associações amiga do espaço cívico
- Engajamento em eleições/participação eleitoral: Monitoria eleitoral da violência eleitoral contra a Mulher, Sala de Paz-Mulher, educação cívica para jovens
- Mecanismos de reposta a casos de VBG/uniões prematuras
- Criar espaço para projectos de empoderamento económico
- Barómetro do espaço cívico para definir estratégias de ação de OSCs
- Influência sobre aprovação da lei de finanças locais
- Expandir e Fortalecer a Rede moçambicana dos defensores de direitos Humanos – para responder as demandas dos defensores

Direitos da Mulher-ALIADAS

Para este programa os resultados definidos são: melhoria da gestão e sustentabilidade das organizações locais de direitos da mulher (Resultado 1); melhor desempenho da programação e defesa dos direitos da mulher das organizações para fazer avançar a igualdade de género e empoderar as mulheres e raparigas (Resultado 2), e aumento da eficácia das plataformas, redes e alianças nacionais e subnacionais de direitos da mulher para afectar as mudanças políticas, legais e sociais nos países beneficiários, (Resultado 3).

Abaixo as prioridades relativas para o segundo o ano de 2023:

Legislação/Políticas:

- Estimular movimentos de advocacia focalizados em assuntos concretos “tangíveis”:
 - Lei da violência obstétrica;
 - Reforço da aplicação da lei de combate as uniões prematuras – Eu+, assistência jurídica;
 - Revisão da Lei da pessoa com deficiência;

Comportamento das instituições:

- Exposição da situação da VBG, de forma sistemática- barómetro;
- Mecanismo de assistência legal;
- Documentação de boas praticas;

Qualidade de intervenção e capacidade de influência

- Expansão da metodologia para aumentar o alcance do efeito multiplicador;
- Reforço das abordagens e metodologias com perspectiva de desenvolvimento comunitário mais sustentável;
- Reforço dos espaços de prática sobre feminismo, trabalho em redes e movimento;
- Documentação das iniciativas e métodos.

6.1.5. Pilar IV – Desenvolvimento institucional

Para este Pilar os resultados definidos são: Assegurada a relevância e sustentabilidade dos produtos do CESC (resultado 4.1); e reforçados os processos de governação, gestão e implementação dos programas (resultado 4.2). Abaixo listamos as prioridades relativas para o ano de 2023:

- Garantidos recursos para os programas (particularmente os pilares II e III)
- Iniciada a construção do escritório do CESC;
- Fortalecidas Políticas e Sistemas de Recursos Humanos e gestão (controlo interno);
- Implementado e monitorado o sistema integrado de PHC;
- Operacionalizar os sistemas de MEL estabelecidos;
- Upgrade do Olavula para a versão 2.0;
- Melhorada a comunicação interna e externa;
- Criado o centro de recursos;
- Finalizar o processo de gestão de mudança.

VIII ANÁLISE DE RISCO

Análise de risco é o processo de identificação e análise de possíveis problemas que podem impactar negativamente no trabalho. O principal objetivo é garantir que o CESC evite ou tome medidas para mitigar os riscos quer sejam do contexto ou mesmo da própria implementação dos Programas ou Projectos. Portanto, o CESC passará a usar a análise de risco para:

- Antecipar e reduzir o efeito de resultados nocivos de eventos adversos;
- Analisar se os riscos são compensados pelos benefícios;
- Ser proactivos nas respostas e tomadas de decisões, caso haja falhas;
- Identificar o impacto e preparar-se para mudanças.

Principais riscos enfrentados no período em análise, seu impacto e as medidas de controlo Adoptada/implementada estão detalhadas no quadro abaixo.

Tipo de risco	Risco	Impacto	Medida de controle Adoptada/Implementada
Contexto	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Intolerância Política e redução do Espaço Cívico; ✓ Emergência/Calamidade de saúde pública (Covid-19e poliomielite); ✓ Situação Político Militar, Terrorismo em Cabo Delgado, Niassa e Nampula e seus Efeitos; ✓ Emergências, Eventos naturais Extremos/ Mudanças Climáticas e seus efeitos ✓ Demora na aquisição do livro escolar de distribuição gratuita; ✓ Crise Económica (Invasão da Rússia à Ucrânia); ✓ Aproximação dos pleitos eleitorais 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pressão sobre os serviços básicos (Educação, saúde, habitação, entre outros). Comunidades menos propensas em participar em intervenções que não envolvam benefícios (Monetários, distribuição de comida e bens não alimentares); ✓ Retoma gradual de actividades, aumento do número de participantes nos encontros comunitários (Positivo). ✓ Retirada da equipa de implementação do Projecto em locais de risco para locais considerados seguros. Paralisação na implementação de algumas actividades dos Projectos; colaboradores podem ficar directamente afectado; O número dos deslocados aumenta nas zonas seguras e consequentemente a pressão dos Serviços públicos está a aumentar. ✓ Processo de ensino e aprendizagem condicionado, portanto, pode influenciar a avaliação de Projectos cujo indicadores são avaliados através de leitura e escrita ou aproveitamento escolar positive; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Posicionamento estratégico nos grupos de trabalho que interagem com as instituições do Governo; ✓ Trabalho com os partidos políticos para influenciar um melhor ambiente cívico em conjunto com a Joint e outras OSC; ✓ Realização de Encontros virtuais e híbridos; Elaboração e aprovação da política de segurança, incluindo a sua implementação efectiva; adaptação aos contextos; ✓ Revitalização do <i>Task Force</i> Cabo Delgado; ✓ Comunicados de imprensa-condolências para as vítimas do ciclone Ana. ✓ Preparação para a revisões orçamentais dos programas e projectos. ✓ Planificação atempada das actividades tendo em conta com o processo eleitoral.

		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Vias de acesso interrompidas, catividades paralisadas, beneficiários das intervenções menos envolvidos em actividades de Projetos, portanto, mais preocupadas com abrigo e outras necessidades básicas; ✓ Instabilidade de preços de bens e serviços de primeira necessidade, Subida do preço de combustível, cereais, por exemplo; Levantamento social (greves e manifestações) 	
<p>Programas</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Atraso dos parceiros de financiamento no desembolso de fundos. ✓ Risco de Fraude, corrupção, assédio e violência por parte dos parceiros e actores envolvidos no projecto. ✓ Não Conformidade com as regras do CESC e do Doador; ✓ Saídas/ desvinculações do STAFF. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Demora na implementação das actividades, o CESC deve recorrer a fundos próprios para cobrir custos fixos com pessoal e de funcionamento; ✓ Reputação/ imagem do CESC; ✓ Períodos longos sem pessoal essencial em determinadas posições e implicar sobrecarga para pessoal existente. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Priorizar actividades sem custos nos períodos sem fundos. ✓ Controle do período de submissão de relatórios; ✓ Contacto permanente com os parceiros de financiamento para informar sobre a implicação do atraso; ✓ Revisão da política de procurement, processo de procurement anual em curso liderado pela sede, promoção de formações-capacitações sobre políticas e procedimentos, incluindo a Política de proteção a criança. ✓ Maior rigorosidade nos processos de elaboração da hand overs.

Parceiros	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fracas Capacidades-habilidades Programáticas dos Parceiros Locais; ✓ Uso inadequado dos recursos financeiros por parte das organizações subsidiadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Inconformidade com as regras do CESC e doador, Impacto na imagem e credibilidade do CESC. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conduzir Processos rigorosos de avaliação de Capacidades ✓ Promover Formações, Monitoria e Apoio Técnico.
------------------	---	---	--

9.1 Matriz de Indicadores

A matriz de indicadores está detalhada no link abaixo

<https://docs.google.com/document/d/1kDsQEMno1FhI1EbUfQk7BQBvG3wWLCPH/edit?usp=sharing&oid=104095902020966325363&rtpof=true&sd=true>

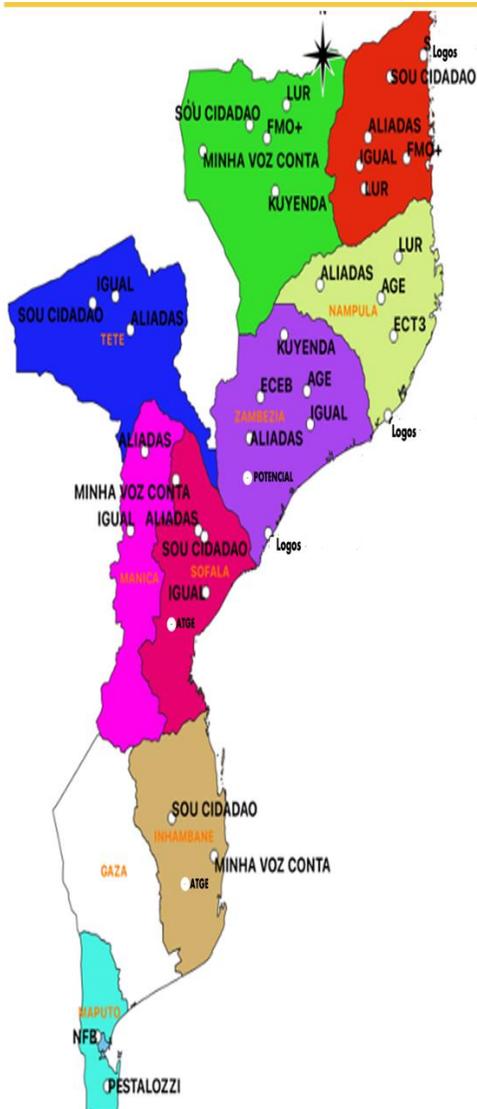
9.2. Lista de Parceiros de Implementação

CESC - MAPEAMENTO DE SUBVENÇÕES 2022					
Nome do Sub-Recepiante (Sub Grantee)	Nome do Projecto	Distritos (s) de implementação	Area de Implementação	Data de Inicio da Subvenção	Data do Fim da Subvenção
Maputo					
1.1. MEPT	Sou Cidadão- CESC	Maputo	Educação	Agosto 2018	Julho 2023
1.2. OBSERVATORIO	Sou Cidadão- CESC	Maputo	Saúde	Agosto 2018	Julho 2023
1.3. PROGRESSO	Sou Cidadão-CESC	Ancuabe,Mentepuez,	Educação	Agosto 2018	Julho 2023
1.3.1 PROGRESSO	ECEB-CESC	Alto Molucue,Lugela,	Educação	Agosto 2020	Junho 2023
1.4. CAICC	OLAVULA-CESC	Todas Delegações do CESC	Plataforma Digital	Abril 2020	Dezembro 2020
1.5 Associação Comunitária Ambiente da Mafalala - ACAM	Melhorando a Leitura nas Escolas Primárias de Maputo	Maputo	Educação	Novembro 2020	Outubro 2022
1.6 Radio Maxaquene	Melhorando a Leitura nas Escolas Primárias de Maputo	Maputo	Educação	Novembro 2020	Outubro 2022
1.7. - CDD- Centro para Democracia e Desenvolvimento	Programa IGUAL- Direito e Democracia	Ambito Nacional	Democracia, Governação e Direitos Humanos	15/03/22	15/03/25
1.8. - CIP- Centro de Integridade Pública	Programa IGUAL- Direito e Democracia	Ambito Nacional	Democracia e Governação	15/03/22	15/03/25
1.9. - LIVANINGO	Programa IGUAL- Direito e Democracia	Ambito Nacional	Democracia e Governação	15/03/22	15/03/25
1.10. - MISA Mocambique	Programa IGUAL- Direito e Democracia	Ambito Nacional	Direitos Humanos	15/03/22	15/03/25
1.11. - ROSC	Programa IGUAL- Direito e Democracia	Ambito Nacional	Direitos Humanos	15/03/22	15/03/25
1.12. - OBSERVATÓRIO de Mulheres	Programa IGUAL- Direito e Democracia	Ambito Nacional	Direitos Humanos	15/03/22	15/03/25
1.13. - IMD- Instituto para Democracia Multipartidária	Programa IGUAL- Direito e Democracia	Ambito Nacional	Democracia e Governação	15/03/22	15/03/25
1.14. - LAMBDA	Programa IGUAL- Direito e Democracia	Ambito Nacional	Direitos Humanos	15/03/22	15/03/25
1.15 IESE	Programa IGUAL- Direito e Democracia	Ambito Nacional	Direitos Humanos		
1.16. - AMMCJ	ALIADAS	Ambito Provincial	Direitos de Mulheres	15/03/22	15/03/25
1.17. -ASCHA	ALIADAS	Ambito Provincial	Direitos de Mulheres	15/03/22	15/03/25
1.18. - FORUM MULHER	ALIADAS	Ambito Provincial	Direitos de Mulheres	15/03/22	15/03/25
1.19. - ROSC	ALIADAS	Ambito Provincial	Direitos de Mulheres	15/03/22	15/03/25
1.20.- CRA	ALIADAS	Ambito Provincial	Direitos de Mulheres	15/03/22	15/03/25
1.21. - OBSERVATÓRIO de Mulheres	ALIADAS	Ambito Provincial	Direitos de Mulheres	15/03/22	15/03/25
1.22. -COLUAS	ALIADAS	Ambito Provincial	Direitos de Mulheres	15/03/22	15/03/25
1.23. - AMJIGE	ALIADAS	Ambito Provincial	Direitos de Mulheres	15/03/22	15/03/25
2. Cabo Delgado					
2.1.- AMEC-	Programa IGUAL- Direito e Democracia	Ambito Provincial	Democracia e Governação	25/05/22	25/05/24
2.2.- MULEIDE	Programa IGUAL- Direito e Democracia	Ambito Provincial	Direitos Humanos	25/05/22	25/05/24
2.3. - PROMURA	Programa IGUAL- Direito e Democracia	Ambito Provincial	Direitos Humanos	25/05/22	25/05/24
2.4. - UKHAVIHERA	Programa IGUAL- Direito e Democracia	Ambito Provincial	Direitos Humanos	25/05/22	25/05/24
3. Niassa					
3.3 ASSANTE	SDC-CESC	Marrupa	Recursos Naturais		
3.4 NDAMO	SDC-CESC	Chimbunila	Recursos Naturais		
4. Manica					
4.1.- GCR-Girl Child Rigths	Programa IGUAL- Direito e Democracia	Ambito Nacional	Empoderamento de Mulheres	15/03/22	15/03/24
4.2.- LEMUSICA	ALIADAS	Ambito Provincial	Empoderamento de Mulheres	15/03/22	15/03/24
5. Sofala					
5.1.- Associação Juvenil para o Desenvolvimento Comunitário-	Sou Cidadão-CESC	Beira e Dondo	Saúde	Outubro 2020	Julho 2021
5.2.-AMPDC	Programa IGUAL- Direito e Democracia	Ambito Provincial	Empoderamento de Mulheres	15/03/22	15/03/24
5.3.-AMPDC	ALIADAS	Ambito Provincial	Empoderamento de Mulheres	15/03/22	15/03/24
5.4.- NAFES	ALIADAS	Ambito Provincial	Empoderamento de Mulheres		
5.5.-GMPIS	ALIADAS	Ambito Provincial	Empoderamento de Mulheres		

CEC - MAPEAMENTO DE SUBVENÇÕES 2022

Nome do Sub-Recepiante (Sub Grantee)	Nome do Projecto	Distritos (s) de implementação	Area de Implementação	Data de Inicio da Subvenção	Data do Fim da Subvenção
5. Sofala					
5.1.- Associação Juvenil para o Desenvolvimento Comunitário-	Sou Cidadão-CEC	Beira e Dondo	Saúde	Outubro 2020	Julho 2021
5.2.-AMPDC	Programa IGUAL- Direito e Democracia	Ambito Provincial	Empoderamento de Mulheres	15/03/22	15/03/24
5.3.-AMPDC	ALIADAS	Ambito Provincial	Empoderamento de Mulheres	15/03/22	15/03/24
5.4.- NAFES	ALIADAS	Ambito Provincial	Empoderamento de Mulheres		
5.5.-GMPIS	ALIADAS	Ambito Provincial	Empoderamento de Mulheres		
6. Tete					
6.1.- Associação Acção para Desenvolvimento Social (ADS)	Sou Cidadão-CEC	Changara e Moatize	Saúde	Outubro 2020	Julho 2021
6.2.-FAA- Fundacao Apoio Amigo	Programa IGUAL- Direito e Democracia	Ambito Provincial	Democracia e Governação	15/03/22	15/03/24
6.3.- FORMUCAMO	ALIADAS	Ambito Provincial	Empoderamento de Raparigas		
6.4.-MADALITSO	ALIADAS	Ambito Provincial	Empoderamento de Mulheres		
6.5.- GEMJERAC	ALIADAS	Ambito Provincial	Empoderamento de Raparigas		
7. Nampula					
7.1 Associação Oshutha Okhala Artes	Juntos Educando Criancas-ECT III-CEC	Nacaroa e Muecate	Educação	Janeiro 2021	Agosto 2022
7.2 Associação Nucleo Juvenil Muecate	Juntos Educando Criancas-ECT III-CEC	Nacaroa e Muecate	Educação	Janeiro 2021	Agosto 2022
7.3 Plataforma de Nacaroa	Juntos Educando Criancas-ECT III-CEC	Nacaroa e Muecate	Educação	Janeiro 2021	Agosto 2023
7.4 Plataforma de Muecate	Juntos Educando Criancas-ECT III-CEC	Nacaroa e Muecate	Educação	Janeiro 2021	Agosto 2023
7.5 APEMO	SDC-CEC	MOMA	Recursos Naturais		
7.6 OPHENTA	ALIADAS	Ambito Provincial	Empoderamento de Mulheres e Raparigas	Janeiro 2021	Agosto 2022
7.7 AVTG	ALIADAS	Ambito Provincial	Empoderamento de Viuvras	Janeiro 2021	Agosto 2023
7.8 OVARANA	ALIADAS	Ambito Provincial	Empoderamento de Mulheres	Janeiro 2021	Agosto 2023
7.9 AMDN	ALIADAS	Ambito Provincial	Empoderamento de Mulheres com Deficiencias		
8. Inhambane					
8.1 MAHLALE	Sou Cidadão-CEC	Maxixe, Massinga, Morrumbene	Saúde	Agosto 2018	Julho 2023
9. Zambezia					
9.1 Rede Distrital Alto- Molocué	ECEB-CEC	Alto- Molocué	Educação	Abril 2021	Junho 2021
9.2 Radio Comunitaria Alto- Molocué	ECEB-CEC	Alto- Molocué	Educação	Abril 2021	Junho 2021
9.3 Grupo Teatral Selele	ECEB-CEC	Alto- Molocué	Educação	Abril 2021	Junho 2021
9.4 Plataforma Distrital de Lugela	ECEB-CEC	Lugela	Educação	Abril 2021	Junho 2021
9.5 Grupo Teatral Voo da Libelula	ECEB-CEC	Lugela	Educação	Abril 2021	Junho 2021
9.6 Radio Comunitaria de Lugela	ECEB-CEC	Lugela	Educação	Abril 2021	Junho 2021
9.7 Radio Televisão de Zambezia	ECEB-CEC	Mocuba	Educação	Abril 2021	Junho 2021
9.8 Grupo Teatral Maculugano	ECEB-CEC	Mocuba	Educação	Abril 2021	Junho 2021
9.9 Associação Wakelana	ECEB-CEC	Namacurra	Educação	Fevereiro 2022	Março 2023
9.10 Grupo Teatral Juntos- Associação Efuwa	ECEB-CEC	Namacurra	Educação	Fevereiro 2022	Fevereiro 2023
9.11 Radio Comunitaria de Namacurra	ECEB-CEC	Namacurra	Educação	Fevereiro 2022	Março 2023
9.12 Associação para o Desenvolvimento Integrado Juntos Por Ti Gilé	ECEB-CEC	Gilé	Educação	Fevereiro 2022	Março 2023
9.13 Grupo Teatral 11 irmãos	ECEB-CEC	Gilé	Educação	Fevereiro 2022	Fevereiro 2023
9.14 Radio Comunitaria de Gilé	ECEB-CEC	Gilé	Educação	Fevereiro 2022	Março 2023
9.15 Grupo Teatral: JUNTOS (Jovens Unidos no Trabalho para Oportunidades e Sucesso)	ECEB-CEC	Gilé	Educação	Fevereiro 2022	Março 2023
9.16 Associação dos Naturais e Amigos de Namarrói - Zambézia (ANANA-Z)	ECEB-CEC	Namarrói	Educação	Fevereiro 2022	Março 2023
9.17 Núcleo Cultural Jovens Avante Namarrói	ECEB-CEC	Namarrói	Educação	Fevereiro 2022	Fevereiro 2023
9.18 Radio e TV namarrói	ECEB-CEC	Namarrói	Educação	Fevereiro 2022	Março 2023
9.19 Associação das Mulheres Domésticas da Zambézia (AMUDZA)	ECEB-CEC	Mocuba	Educação	Fevereiro 2022	Março 2023
9.20. SAMcom- Mocuba	Programa IGUAL- Direito e Democracia	Ambito Provincial	Democracia e Governação	Março 2022	Março 2024
9.21 CEURBE	Programa IGUAL- Direito e Democracia	Ambito Provincial	Democracia e Governação		
9.22 NAFEZA	ALIADAS	Ambito Provincial	Empoderamento de Mulheres		
9.23 AMME	ALIADAS	Ambito Provincial	Educação de Rapagarias		
9.24. AMUDHF	ALIADAS	Ambito Provincial	Mulheres com Fistula		

9.3. Cobertura geográfica



Mapa de Atuação dos projectos/Programas do CESC			
Projectos	Províncias	Distritos	
Sou cidadão	<i>Tete, Sofala e Inhambe</i>	Tete (Changara e Moatize), Sofala (Beira e Dondo) e Inhambane (Maxixe, Massinga e Morrumbene)	7
ALIADAS	<i>Manica, Maputo, Nampula, Sofala, Zambézia, Cabo Delgado (CD) e Tete</i>	Manica (Bárue, Chimoio, Gondola, Guro, Macate, Machaze, Macossa, Manica); Cidade de Maputo e Matutuine; Nampula cidade; Sofala (Buzi, Nhamatanda e Dondo); Zambézia (Mocuba, Pebane, Milange, Mopeia, Alto Molocué, Maganja da costa e Gurué); Tete (Mutarara, Chiuta e Moatize)	30
ECT III	<i>Nampula</i>	Nampula (Nacaroa e Muecate).	2
ECEB	<i>Zambézia</i>	(Namacura, Mocuba, Lugela, Namaroi, Alto molocue e Gilé)	6
Melhorar o Desempenho Escolar - Maputo	<i>Cidade de Maputo</i>	Distritos urbano, Katembe, Mahotas, Kabucuané, ka phumo	5
Kuyenda	<i>Niassa e Zambézia</i>	Zambézia (Namacura, Mocuba e Lugela) e Niassa (Gauma, chimbonila e Sanga)	6
ATGE	<i>Inhambane / Sofala</i>	Sofala (Dondo, Buzi e Nhamatanda); Inhambane (Zavala, Vilanculos e Panda)	6
IGUAL	<i>Cabo Delgado</i>	Ancuabe, Angonia, Bárue, Cahora-Bassa, Caia, Changara, Chemba, Cheringoma, Chinde, Chiure, Chiuta, Cidade Da Beira, Cidade De Tete, Gorongosa, Guro, Ibo, Inhassunge, Macanga, Macomia, Macossa, Maganja Da Costa, Magoe, Maravia, Maringue, Marromeu, Mecufi, Meluco, Moatize, Mocimboa Da Praia, Mocuba, Montepuez, Mopeia, Morrumbala, Muanza, Mueda, Muidumbe, Mutarara, Namacurra, Namuno, Nangade, Nicuadala, Palma, Quissanga, Tambara, Tsangano, Zumbo, Milange	47
O Nosso Futuro Brilhante	<i>Província de Maputo</i>	Distritos de Magude, Manhiça, Matutuine e Moamba	4
LOGOS	<i>CD, Nampula e Zambézia</i>	Distritos (Cabo Delgado: Montepuez e Chiure); Zambézia: Gurué e Mocuba). Nampula (Mogovolas, Angoxe e cidade de Nampula); Municípios (Cidade de Nampula, Nacala, Chiure, Pemba, Quelimane e Alto Molocué).	6
POTENCIAR	<i>Nampula</i>	Distrito de Nampula e Monapo.	2
AGE	<i>Nampula e Zambézia</i>	Nampula (Mossuril, Meconta, Morrupula Fase I) (Rapale, Monapo e Mecuburi fase II), Zambézia (Milange, Gurue, Mocuba) Fase I (Lugela, alto Molocue e Namacura Fase II).	12
SAT	<i>Niassa</i>	Marrupa, Chimbunila e Muembe.	3
LUR	<i>Cabo Delgado</i>	Niassa (Nipepe, Marrupa, Chimbunila, Muembe, Mavago, Sanga), Nampula (Moma, Angoche, Morrupula), CD (Montepuez, Ancuabe), Zambézia (Mulevala).	12
FMO+	<i>Niassa e CD</i>	Ancuabe, Lago, Mandimba e Montepuez.	4

9.4. Histórias de Sucesso (Mudanças mais significativas, pelo menos duas)

História de Sucesso

História recolhida por: **Ávila Murela, Facilitadora Distrital – Gilé**

Projecto e sua localização: ECEB – Gilé

Data do registo da história – 14 de fevereiro de 2022

Título da história - **“Depois de sermos Capacitados foi quando percebemos que é importante participarmos da Escolar dos nossos filhos.”**

– Rui Andrigo – Presidente do CE da EPC de Namithathary, Gilé.

No âmbito da implementação do Projecto ECEB no Distrito de Gilé, o CESC realizou no mês de Outubro de 2021 a capacitação de diversos Conselhos de Escola sobre papel/funcionamento e em técnicas de monitoria dos TPCs e actividades de leitura das crianças, tendo abrangido 320 membros dos CEs (218 homens e 102 mulheres).

De referir que esta capacitação foi de vital importância para o fortalecimento dos órgãos sociais desta escola, pois estes nunca foram capacitados. E foi no seguimento desta capacitação que o CE da EPC de Namithathary, que outrora era composto de 10 membros, hoje têm 16 membros e três comissões constituídas. Deixemos o senhor Rui, Presidente do CE da Escola supracitada discorrer como tudo aconteceu. **“Depois da Capacitação do nosso Conselho de Escola pelo Projecto engajamento Comunitário no Ensino Bilingue, que esta a ser implementado pelo CESC e Progresso, financiado pela USAID em parceria com o MINED, nós arregaçamos as mangas e decidimos fazer aquilo que são as nossas responsabilidades. Em coordenação com os líderes comunitários e a direcção da escola, convocamos uma nova reunião com a população de Namithathary e propomos a construção de um bloco de salas de aula. Foi uma reunião bastante concorrida e foi possível concordarmos com toda comunidade de que nós não percebemos o quão importante é participarmos da vida escolar dos nossos filhos. Além do edifício de 2 salas de aulas que construímos com a ajuda de todos, fruto da mobilização do CE, também o CE participa da mobilização dos PEE na divulgação das 11 técnicas de acompanhamento dos filhos em actividades de leitura e escrita em casa e estamos a ter muito sucesso. Agradecer ao ECEB, CESC e principalmente a USAID por esta oportunidade”** – Rui Andrigo.



História de Sucesso

O MISA Moçambique denunciou a existência, na Assembleia da República, da Lei nº 5/2018, de 2 de Agosto, que estabelece o regime jurídico específico aplicável à prevenção, repressão e combate ao terrorismo e acções conexas aos actos e organizações terroristas, e formalizou, junto do parlamento, a sua posição face ao risco de limitação das liberdades de expressão e de imprensa.

Após o MISA submeter as suas inquietações ao Parlamento, face aos riscos de inconstitucionalidade patentes na primeira versão, a Assembleia da República, citada pelo jornal Carta de Moçambique, reformulou o número 1 do referido artigo, que antes previa uma pena de prisão de 12 a 16 anos a quem “...por qualquer meio, divulgasse informação classificada no âmbito da presente Lei.”

A nova redacção não responsabiliza “qualquer pessoa” pela publicação de informação classificada, passando, tal responsabilidade, ao detentor da obrigação de classificação e protecção da informação, ou seja, o servidor público. A nova redacção, agora número 1 do artigo 20, determina que “aquele que, por dever legal, tiver custódia ou sendo funcionário ou agente do Estado aceder à informação classificada por qualquer meio a divulgar, no âmbito da presente Lei, é punido com a pena de prisão de 12 a 16 anos.”

O número 2 do agora artigo 20 do referido instrumento legal, também ganhou nova redacção, referindo que “aquele que, sendo moçambicano, estrangeiro ou apátrida, residindo ou encontrando-se em Moçambique, fizer ou reproduzir publicamente afirmações relativas a actos terroristas, que sabe serem falsas ou grosseiramente deformadas, com intenção de criar pânico, distúrbio, insegurança e desordem públicas, é punido com penas de 2 a 8 anos de prisão.”

História de Mudança

Uma das maiores transformações na minha vida decorrente da experiência de uma abordagem feminista foi a transformação da minha visão do mundo. Passei a ter um autoconhecimento e noção do meu lugar como mulher na sociedade e a olhar o mundo com outros olhos, elevou a minha autoestima e a minha capacidade de questionar aqueles que são os desafios da desigualdade de género e dos sistemas culturais a que estamos sujeitas.

Hoje eu sei que os desafios que enfrento como mulher não são limitados a mim, mais que existem várias outras mulheres que passam pelos mesmos desafios e em algum momento mais complexos que os meus e lutam diariamente para superá-los.

A abordagem feminista permitiu que eu ganhasse a consciência da importância da empatia e da solidariedade entre mulheres e a capacidade do questionamento das questões patriarcais e da importância do nosso fortalecimento como mulheres para intervir em todos os níveis e em todos os espaços.

A abordagem feminista transformou a nossa liderança em participativa, transparente e mais aberta a novas aprendizagens o que tem melhorado muito a implementação das nossas actividades, na criação de espaços de interação onde a mulher tem a oportunidade de falar abertamente sobre aqueles que são os seus problemas e a propor as possíveis soluções dos mesmos

Permitiu também ganhar a consciência de que se queremos trazer transformações significativas na vida das mulheres temos de trabalhar umas com as outras o que fez com que nos juntássemos aos outros colectivos de mulheres para que juntas desenvolvêssemos acções coordenadas de modo a responder a questões e problemas vivenciados pelas mulheres na luta pela igualdade de género e na promoção dos direitos humanos da mulher.

Exemplos: Temos estado a desenvolver acções conjuntas com os vários colectivos de Nampula, que partem desde a planificação conjunta até a implementação de algumas actividades.

A Associação sempre que tem eventos de aprendizagem tem estado a priorizar as nossas associadas de modo a permitir que elas desenvolvam conhecimentos em matéria dos direitos humanos da mulher, assim como para desenvolver habilidades que vão permitir que as mulheres ganhem uma autonomia financeira (Gals e formação em gestão de negócio).

MUDANÇAS MAIS SIGNIFICATIVA

A História

Desde janeiro de 2022, o CESC no projecto ECT3 vem promovendo várias acções de engajamento comunitário, usando as abordagens como o cartão de pontuação comunitária e diálogo comunitário para a melhoria da qualidade dos serviços de educação e a diminuição das barreiras que se verificam e que influenciam na qualidade de ensino e aprendizagem.

Antes, na EPC de Muchico lecionavam três (3) professores para 700 crianças de 1a a 7a Classes, e estes professores passavam por muitas dificuldades para conseguirem dar aulas a todos aqueles alunos. Havia alunos que permaneciam o turno todo fora das salas por causa de números de professores reduzidos. Após os encontros do CPC e dos Diálogos Comunitários a comunidade e a direção da escola elaboraram um plano de ação conjunto aonde estavam arroladas várias actividades, de entre elas a solicitação ao SDEJT de mais professores e, a mesma actividade foi também incluída no plano da Escola.

Com o apoio do CESC, o Conselho de Escola, a liderança local e a direção da Escola de Muchico elaboraram uma carta com assinaturas de 4 pessoas membros dos grupos focais do CPC, liderança local e o director da Escola e submeteu nos SDEJT, solicitando pelo menos mais 2 professores para a escola, em Fevereiro. Os SDEJT alocaram os dois professores para a escola e a situação melhorou um pouco apesar de se precisar ainda mais professores.

Desde então a direção da escola reconhece o valor do engajamento comunitário na vida escolar, e que através destes encontros que o projecto promove facilita ou incentiva a liderança local, distrital a se engajar com as comunidades na resolução das situações que impedem o desenvolvimento da escola.

Histórias de Mudança/Sucesso

Fundo dos 20% melhora condições de vida das comunidades em Marangira

Projecto: Land Use Rights - LUR

Financiador: Cooperação Suíça para o Desenvolvimento (SDC)

Localização: Província de Niassa, distrito de Marrupa comunidade de Marangira

Data e local do registo da história: Marangira, Outubro de 2022

História recolhida por: Samuel André Vinte



Sou Eusébio Valentim, director da Escola Primária completa de Marangira, quero falar das mudanças que aconteceram aqui na nossa comunidade, começando com a criação do nosso Fundo Comunitário que nos ajudou a melhorar muita coisa. Com a criação do Fundo Comunitário em 2019 a nossa comunidade passou a receber os 20% resultantes da exploração das florestas e com isso conseguimos reabilitar moageiras de 3 jovens empreendedores da comunidade e com o último fundo dos 20% que a comunidade recebeu no dia 30 de Agosto de 2022, foram eleitos 2 jovens do posto administrativo de Marangira para abrir barracas com M-pesa e construção de 2 padarias na comunidade. A outra grande mudança que aconteceu nesses últimos

dias foi o trabalho de rastreio que se fez na nossa comunidade junto dos valores do 20% e a realização de encontros com a empresa MWA já está a ser instalada água canalizada para a nossa comunidade.

Agradecemos ao CESC e a Embaixada da Suíça pelo apoio e queremos que continuem e ajudem mais comunidades.

OLAVULA-RN facilita vida das comunidades em Marrupa

Projecto: Land Use Rights - LUR

Financiador: Cooperação Suíça para o Desenvolvimento - SDC

Localização: Província de Niassa, distrito de Marrupa comunidade de Marangira

Data e local do registo da história: Marangira, Novembro de 2022

História recolhida por: Samuel André Vinte



Sou Manuel Nanliche, líder comunitário de Marangira. O que tenho a dizer sobre a comunidade de Marangira é o seguinte: desde que a empresa MWA entrou na nossa comunidade tivemos muitos problemas, porque a empresa não queria que as pessoas da comunidade entrassem na área concessionada, mas com o andar do tempo sinto que essa relação está a melhorar. Depois de muito intervenção do CESC, actualmente há um diálogo saudável entre a comunidade e a empresa. Como resultado, a empresa prometeu fornecer colmeias a comunidade no âmbito da implementação de iniciativas de geração e renda para que a nossa comunidade possa desenvolver. Gostaria de falar também do nova Plataforma OLAVULA-RN que fomos treinados para fazer queixas quando temos situação de

violação dos nossos direitos e furtivos na nossa floresta. Com OLAVULA-RN podemos denunciar sem precisar deslocar-se a vila e mesmo assim a informação chegar. Por último quero agradecer pelo trabalho que foi feito e que tem sido feito aqui em Marangira e pedir que essas atividades não parem. O meu muito obrigado!

Venci práticas sociais que me impediam de fazer o que gosto!

Projecto: LUR II

Financiador: SDC

Localização: Distrito de Angoche: -Nampula

Data e local do registo da história: 16/11/2022 Comunidade de Murrua

História recolhida por: Esperança Amisse- Facilitadora Comunitária



Chamo me Amina Cassimo de 37 anos de idade, solteira, tenho 8 filhos, camponesa, residente na Comunidade de Murrua e sou uma das beneficiárias do Projecto de Pequenas Subvenções no FC de Murrua. No passado era tabu ver uma mulher praticando actividades de pesca juntos com os homens, sem nenhuma explicação clara, diziam que a mulher não tem força e coragem suficiente para entrar no mar e muito menos puxar a rede, algo que passou a ser normal na minha comunidade durante muito tempo. A situação foi, mas difícil ainda para as mulheres como eu, solteiras, com filhos para cuidar. E na nossa comunidade costeira não tem terras aráveis para

praticar agricultura, se acontece é feita em pequenas áreas que não garante o sustento por muito tempo. Com ajuda do CESC no projecto uso responsável da terra e recursos naturais, veio ajudar a nossa comunidade principalmente a nós mulheres solteiras que dia a pós dia lutamos para sustentar os nossos filhos. Com o financiamento que o CESC deu

a nossa comunidade deu também o espaço para mostrar a comunidade que é possível a mulher praticar a pesca sem nenhum problema, eu sou a prova disso me entreguei na actividade visto que já manifestava a vontade de trabalhar, porém, não tinha aceitação na minha comunidade por ser mulher, mas com abordagem que o CESC trouxe desde a criação do FC, envolvendo a todos os membros da comunidade nas actividades, passaram aceitar e hoje conseguimos ir a pesca junto com os homens e em pouco tempo consigo tirar proveito, como alimentação para minha família, paguei taxas de exames para o meu filho e ainda espero muitas realizações com o projecto.

Estamos muito agradecidas aos membros do FC de Murrua porque não sou a única beneficiária directa do PPS, mas também as comunidades no geral sentem-se muito satisfeitos com o passo que demos até hoje pós com aceitação da mulher na actividade de pesca a nossa comunidade irá desenvolver e teremos muitas mulheres a trabalhar para o sustento das suas famílias.

E não vou parar por aqui, serei modelo para minha comunidade, vou incentivar mais mulheres a confiar mais nelas. Continue nos mostrando caminhos certos.

9.5. Fotos



Maputo, aos 30 de Janeiro de 2023

Paula Monjane
Diretora Executiva